



(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberto o 2ª Seminário do Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. É o primeiro ciclo de palestras e debates que fazemos no ano de 2013.

É com muita satisfação que dou por aberto esse 2º Seminário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado nessa sexta-feira, dia 22 de março de 2013, Dia Mundial da Água. Além do dia, comemoramos em 2013 o Ano Internacional da Água por recomendação da Unesco, órgão da ONU para a educação, ciência e cultura.

Essa é uma data que, por sinal, deveria ser celebrada todos os dias quando bebemos um copo de água ou nos alimentamos. Afinal, utilizamos água em praticamente todos os processos produtivos, agrícolas ou industriais, bem como para o transporte, para o lazer e uma infinidade de outras atividades de nosso dia a dia.

Agradeço ao Presidente da Comissão, Senador Benedito de Lira, que apoiou e aprovou o Requerimento nº 01, de 2013, de minha autoria, para mantermos a realização dos ciclos de palestras e debates, seminários e painéis ao longo do biênio 2013/2014.

Esses eventos que fizeram parte das atividades da Comissão de Agricultura no biênio 2011/2012 têm o objetivo de trazer renomados especialistas para apresentar depoimentos, análises e informações acerca do panorama da agropecuária brasileira. Porém, o que diferencia os nossos debates é a participação do público que nos acompanha aqui no Plenário e por meio da TV Senado e da Rádio Senado que podem interagir conosco através do Alô Senado, pelo número 0800612211, ou através das redes sociais do Senado Federal como o Twitter. São instrumentos que disponibilizamos para a população brasileira, em especial aos agricultores, para que possa participar das discussões e dos debates aqui no Senado Federal.

Agradeço a presença da Srª Andrea Lorena Zarzar, Secretária Nacional do Desenvolvimento Territorial; da Srª Tânia Bacelar, Professora da Universidade Federal de Pernambuco; o Sr. José Humberto Oliveira, Consultor Internacional do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); do Sr. Manuel Rodolfo Otero, Representante do IICA no Brasil. Um agradecimento especial à Srª Beatriz Paredes Rangel, Embaixadora do México no Brasil, e ao Diretor-Geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Sr. Víctor Villalobos, que se deslocou da Costa Rica para participar desse debate hoje conosco.

Sejam todos muito bem-vindos.



Essa audiência pública é fruto de uma reunião que fizemos com o Senador Cristovam Buarque e com o Sr. Manuel Otero que nos apresentou o projeto iniciado em 2011 pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e que vem sendo desenvolvido junto com os órgãos da sociedade civil e do Governo com o objetivo de apresentar uma redefinição dos espaços rurais no Brasil. Trata-se do projeto repensando o conceito de ruralidade no Brasil, implicações para as políticas públicas.

Pretende-se com esse debate aprofundar a discussão com o Poder Legislativo, Governo, sociedade e principalmente com o agricultor brasileiro, conhecer os resultados por ora alcançados e os encaminhamentos necessários sobre o ponto de vista legislativo que essa nova realidade nos demandará.

Segundo levantamentos oficiais do IBGE, em 2010, o Brasil tem menos de 16% de população rural. A partir desse dado, o Brasil pode ser considerado um país mais urbanizado que muitos países europeus e até mesmo que os Estados Unidos. No entanto, o Brasil é muito mais rural do que se pensa ou de que demonstram esses números. Somente essa definição e suas implicações na formulação e aplicação de políticas públicas para a agricultura brasileira já são alertas para nos aprofundarmos nesse assunto.

No meu Estado de Rondônia, os Municípios de Ji-Paraná, Vilhena, Ariquemes, Cacoal, Costa Marques, Guajará-Mirim, Ouro Preto, Presidente Médici e outros são considerados urbanos, sendo que suas economias são baseadas na agropecuária.

A grande questão que trazemos para esse debate é como as políticas públicas do Governo, em especial de crédito e assistência técnica, estão atuando sobre a ótica dessa ruralidade e como podem ser alteradas para melhor atender o homem do campo. Quais as melhorias que seriam possíveis na qualidade da educação do filho do agricultor, no acesso à saúde, lazer para que o mesmo permaneça no campo com qualidade de vida, com acesso às novas tecnologias. São essas questões que precisamos compreender melhor.

Queremos, nesse debate, saber os critérios que definem a nova ruralidade no Brasil e quais as mudanças que devemos fazer para favorecer os pequenos Municípios brasileiros, que, em sua maioria, são produtores de alimentos e de *commodities* para exportação e que sustentam o superávit da balança comercial do agronegócio brasileiro, que foi de US\$79.4 bilhões, no ano de 2012. Isso significa que, sem a contribuição da agricultura no resultado positivo total de US\$17.9 bilhões em nossa balança comercial, se não fosse a atuação e o resultado do agronegócio brasileiro, teríamos um déficit de US\$53 bilhões.

Além disso, estudos da FAO, órgão da ONU para a agricultura e alimentação, indicam que a produção de alimentos mundial terá que aumentar em mais de 70% até 2050. Esse mesmo estudo indica que o Brasil será responsável



por fornecer 40% dessa nova demanda. É uma responsabilidade muito grande e, por isso, precisamos compreender melhor esses cenários.

Um tema que sempre é debatido nas nossas reuniões é como fazer para manter o homem no campo, a sua família no campo. Entendemos que não é por decreto que isso se faz, mas tornando a vida no campo agradável, levando conforto, levando tecnologia ao campo. Por que o cidadão que mora no campo não pode ter o mesmo conforto que nós temos nas cidades? Ter um bom acesso nas suas estradas, ter a informação a sua disposição. Nós entendemos aqui na Comissão de Agricultura, e debatemos sempre, que o cidadão que vive no campo deve ter a mesma escolaridade, a mesma condição de capacitar os seus filhos e de se capacitar, como as pessoas que vivem na cidade. Dessa forma, vamos sim fazer uma integração nacional e fazer com que as pessoas possam viver no campo, mas viver felizes no campo. Esse é o grande desafio que nós temos.

Mais uma vez, dou as boas-vindas aos nossos convidados e tenho absoluta certeza que teremos um excelente debate nessa tarde de sexta-feira, dia 22.

Para iniciarmos as nossas palestras, convido o Dr. Víctor Villalobos, que é Diretor-Geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

O senhor fique a vontade

O SR. VÍCTOR VILLALOBOS – *(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)*

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Víctor Villalobos, por sua explanação.

Lembro aos nossos ouvintes e telespectadores que quiserem participar dos nossos trabalhos que podem fazê-lo pela Internet, pelo endereço www.senado.gov.br/alosenado, através do Twitter @alosenado ou pelo telefone 0800-612211. Lembro que a ligação é gratuita, tanto pelo telefone fixo, quanto pelo telefone celular.

É com prazer que passo a palavra à Drª Beatriz Paredes, Embaixadora do México no Brasil e, mais uma vez, agradeço a sua presença abrilhantando nossa tarde de sexta-feira, no nosso ciclo de palestras e debates.

A SRª BEATRIZ PAREDES – Muito obrigada.

Eu vou falar portunhol em dois sentidos: portunhol nas expressões e portunhol em meu texto, porque não consegui a tradução revisada. Só lerei em português o que consegui revisar. Os demais vou falar em espanhol devagar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

A SRª BEATRIZ PAREDES – *(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)*

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito agradecido, Drª Beatriz Paredes, pela sua explanação muito precisa com relação



aos nossos camponeses, os nossos agricultores, que são os nossos agricultores familiares.

Nós tivemos, no passado, um êxodo rural muito grande exatamente desta forma: alguns saíam para a cidade e, ali, tinham uma condição de vida muito melhor; voltavam para o campo com o seu carro, com a sua moto, com a roupa nova. Ao longo dos últimos anos, estamos tendo políticas de governo específicas para o homem do campo, para que os filhos dos produtores rurais possam ter acesso ao estudo técnico e possam voltar ao campo e ajudar os seus familiares a produzir mais com uma qualidade melhor e, assim, fazer com que aquela pequena propriedade possa produzir suficientemente para que eles possam ter acesso a um carro, a uma boa qualidade de vida.

Esse é o grande desafio que temos no Brasil. Mas estamos vendo isso acontecer nos últimos anos através de programas públicos, como o Pronaf, que é um financiamento ao pequeno agricultor com um juro muito pequeno. Em alguns Estados, como, por exemplo, o Estado de Rondônia, o Pronaf empresta ao agricultor para que ele possa comprar equipamentos agrícolas, o seu trator sem que ele tenha que pagar juros. Uma parte do juro o Governo Federal paga e a outra parte o Governo estadual paga. Portanto, o nosso agricultor tem acesso a essa tecnologia não aleatoriamente, mas somada a uma qualificação, porque não adianta ele ter o equipamento e não saber usá-lo. A qualificação é importante com projetos e com dez anos para pagar o seu empréstimo sem nenhum juro. Isso tudo somado ao programa de casas populares também na zona rural. Tem-se investido muito em casas populares nas cidades. Mas hoje, no Brasil, está-se investindo também na zona rural, levando condições para que o agricultor possa comprar, fazer a sua casa lá no sítio, lá na sua roça, para que ele tenha uma qualidade de vida melhor. É claro que é um procedimento como a senhora muito bem colocou: de cultura. Em certo momento, nós vimos os filhos de agricultores sendo até discriminados na rua, ou seja, na zona urbana. Nós temos que eliminar isso por completo.

O Brasil está avançando nessa linha. Esperamos conseguir avançar com mais rapidez, pois nós entendemos que o único caminho para manter o homem no campo é dar-lhe conforto e qualidade de vida.

Vamos agora ouvir o Dr. Manuel Otero, representante do IICA no Brasil.

O SR. MANUEL OTERO – Sr. Senador, boa tarde.

Tendo em vista que o Diretor-Geral do IICA já fez sua intervenção, faço minha as palavras dele e, dado o tempo, declino das minhas palavras.

Assim, agradeço muito, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos ouvir, então, Andrea Lorena Butto Zarzar, Secretária do Desenvolvimento Territorial do MDA.



A SRª ANDREA BUTTO – Boa tarde, Sr. Senador...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Seja bem-vinda. Nós não nos cumprimentamos na hora em que a senhora chegou e eu estava lhe procurando. Seja bem-vinda.

A SRª ANDREA BUTTO – Eu gostaria muito de agradecer o convite em nome do Ministro Pepe Vargas, que me pediu para representá-lo nesta reunião e dizer que para nós, do Ministério, é algo muito importante fazer esse debate, trazer, socializar o conhecimento acumulado, socializar, difundir uma pesquisa que é de muita relevância para pensar o rural e para pensar o rural integrado ao nacional, não pensá-lo de forma isolada. Fazer isso no âmbito do Senado, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária é também muito importante.

O que eu gostaria, brevemente, de dialogar com vocês e com todos os meus colegas de Mesa, o representante do IICA, o nosso consultor Humberto Oliveira, que já nos prestigiou com a sua direção na Secretaria do Desenvolvimento Territorial no MDA, a Beatriz Paredes, da Embaixada do México e demais participantes aqui desta reunião, primeiro, que, para nós, essa pesquisa se reveste de uma importância muito grande, porque o ponto de partida dela é exatamente retomar o debate, o conceito sobre ruralidade.

Esse debate veio a ser problematizado fortemente por José Eli da Veiga, que tentou recolocar e redimensionar o rural em nosso País. Ao fazer isso, essa pesquisa busca trazer algo muito importante, que é afirmar o rural integrado ao desenvolvimento nacional e afirmar o rural não apenas na sua dimensão econômica, na sua dimensão produtiva, mas também nas distintas dimensões que envolvem o território, essa nossa geografia do espaço brasileiro. Nós não podemos pensar o rural só do econômico, só do social, só do ambiental. É preciso ter uma visão integrada dessas distintas dimensões. É importante pensar o rural como parte do nosso País. Portanto, esse mérito é algo que penso que devemos destacar.

Penso que a pesquisa *Repensando o conceito de ruralidade no Brasil* tem algumas opções metodológicas que são também muito importantes. A primeira delas não é pensar o rural a partir apenas do espaço geográfico em completa sintonia com este conceito de ruralidade ampliado que a pesquisa afirma, mas pensar o rural a partir do ambiente de geografia, trazer o rural a partir da sua dimensão administrativa e pública, inclusive problematizando muitos aspectos importantes, a instrumentalização do rural e do urbano por parte de poderes públicos, a dimensão que é estatística e a dimensão jurídica deste rural. Não estamos aqui buscando apenas uma caracterização e uma dimensão quantitativa desse espaço da ruralidade. Mas nós estamos aqui na frente socializando e debatendo resultado de uma pesquisa que vê muito além disso. Ela mostra as formas de apropriação do rural por distintos agentes do nosso País: por administradores, por juristas, por geógrafos, pela história brasileira. E penso que



inclusive esse diálogo que a pesquisa traz dessa tipologia, a busca dessa tipologia problematizando aspectos importantes deste rural a partir inclusive do que seria essa distinção entre uma abordagem regional e uma abordagem territorial, problematizando inclusive conceitos como regiões históricas que estão muito presas a um passado colonial, é muito importante para pensarmos o rural a partir de uma visão integrada e problematizar os diferentes usos, as diferentes apropriações do espaço rural brasileiro e da sua articulação como projeto de desenvolvimento nacional.

Penso que a tipologia que a pesquisa busca desenvolver, com uma abordagem territorial, em diálogo com distintas dimensões sociais, econômicas, políticas e integradas essas tipologias aos investimentos públicos, a relação ao tratamento que as políticas públicas deram a este rural e deram a esses espaços, é muito importante para podermos pensar um projeto de futuro para o nosso País.

Nós estamos hoje vivenciando uma verdadeira transformação no Brasil. Nós estamos vendo na última década uma mudança de rota no modelo de desenvolvimento brasileiro. Nós estamos à frente de um modelo que combina crescimento econômico com distribuição de renda, com redução de desigualdades sociais. Penso que três pilares muito importantes desse desenvolvimento estão alicerçados na universalização dos direitos básicos, e a força dessa ideia está muito bem expressa naquilo que é a caracterização do PIB e o incremento maior de renda na população mais pobre, especialmente nas regiões mais deprimidas do nosso País. Se observarmos as últimas estatísticas, vamos ver, por exemplo, que a população mais pobre teve um incremento de renda sete vezes maior que a população mais rica do nosso País. E nós veremos que as regiões mais pobres, especialmente o Nordeste, foram alvo de um aumento de crescimento de renda muito superior a outras regiões do nosso País. Não só isso, mas temos uma distribuição de renda, temos afirmação de uma agenda de direitos, a exemplo do que são os programas de transferência de renda, a exemplo do que são as ações de combate à pobreza extrema brasileira, e que dão uma clara expressão da mudança de rumos do nosso País. Associada a ela algo muito importante, que é uma atuação integrada, que busca integrar distintas escalas. Busca integrar o federal, o estadual, o local. E fazer isso aumentando participação social, consolidando uma gestão participativa.

Penso que no rural a maior expressão disso foi o programa Territórios da Cidadania, que, partindo de uma experiência importante de desenvolvimento territorial do nosso Ministério, alimentando-se de uma trajetória dos primeiro quatro anos do governo Lula, não apenas buscou fortalecer um pacto federativo, buscou consolidar uma gestão participativa, mas buscou efetivar direitos e integrar um conjunto de políticas públicas.

Por fim, acho que uma outra marca também muito importante do nosso Governo é a retomada da capacidade de planejar e fazer investimentos



públicos. Nós estamos falando de uma ação – a mais ousada ação de investimentos públicos na história brasileira –, que é o PAC 2, que teve não apenas a intenção de aumentar logística e recuperação da capacidade energética do nosso País, mas investir fortemente em infraestrutura social e urbana. E, ao fazê-lo, fez isso olhando também para o espaço do rural.

O nosso chamado grupo 3 do PAC nada mais é que uma prioridade nos Municípios com até 50 mil habitantes. Fez isso, e se nós pusermos isso em mapa veremos como há um forte investimento público que gerou emprego, e não é à toa que o setor de infraestrutura foi responsável por 75% do aumento de emprego em nosso País no último período, exatamente por esta opção que é crescer e distribuir, crescer e diminuir desigualdades sociais. Fazer isso com uma preocupação que é caracterizar o espaço brasileiro, caracterizar quem vive neste país, caracterizando a necessidade, a qualificação e a recuperação inclusive de gestão e de acesso de manejos dos nossos recursos naturais, é uma tarefa muito importante para pensar o futuro desse rural brasileiro.

Penso que a estratégia dessa pesquisa, que é retomar o conceito, que é buscar uma tipologia considerando essas diferentes dimensões, ela é crucial para darmos segmento a esta rota de desenvolvimento que combina, que tem essa estratégia. E para isso, para melhor planejar, para melhor inclusive olhar e caracterizar o rural nas suas dimensões macros, mas também pensando local e integrando local a diferentes escalas, é muito importante que tenhamos acesso à informação, que tenhamos uma melhor caracterização, uma melhor tipificação do nosso espaço rural brasileiro.

Quero dizer que nós do MDA já estamos, com certeza, nos apropriando muito dos resultados dessa pesquisa, que teve o apoio do nosso Ministério. E a pesquisa nos ajudará muito a pensar o futuro da política de desenvolvimento territorial, a exemplo da política de desenvolvimento territorial, obviamente que não apenas ela, mas o conjunto da política do nosso Ministério. Em particular no campo da política de desenvolvimento territorial há uma importância muito grande porque poderemos, a partir dela, ter uma melhor caracterização dos nossos territórios rurais. Isso qualificará muito a capacidade e a qualificação que nós devemos ainda fazer ao processo de planejamento territorial integrado a um planejamento regional e um planejamento nacional, com vistas à consolidação de um projeto de desenvolvimento nacional em nosso País. Isso ajuda muito para pensar o planejamento, ajuda muito e qualifica o debate com participação social que estamos fazendo e ajuda, inclusive, a pensarmos em investimentos em ações estratégicas em torno desse projeto de desenvolvimento com base nas informações que são geradas a partir da nossa pesquisa.

Eu queria dizer que é muito importante que esse debate, a socialização dessas informações, esteja ocorrendo e que isso esteja sendo feito a partir do Senado. Nós, do MDA, temos muito interesse em continuar esse diálogo



aqui com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; pensar o desdobramento disso para as políticas públicas e para a legislação.

Nós sabemos do impacto que essa pesquisa traz, não apenas para as políticas públicas, mas também para a nossa legislação.

Nós temos que buscar uma convergência entre a ação dos poderes públicos e tenho certeza de que aqui, a partir da representação do Senador Acir Gurgacz e de todos os Parlamentares aqui presentes, poderemos avançar bastante nisso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigada, Andrea. Nós temos certeza de que o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem uma influência muito grande nessa melhoria de qualidade de vida que houve nos últimos anos para o agricultor brasileiro. Eu acompanho e aqui nós temos uma parceria muito grande desta Comissão com o MDA exatamente pela vocação do Ministério e da nossa Comissão: cuidar dos nossos agricultores.

E temos feito isso nos últimos anos com uma aproximação muito grande do Senado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O trabalho que é feito nesse Ministério tem tido um resultado fantástico, todos os Ministros que lá passaram, em especial o atual Ministro Pepe Vargas, que faz um excelente trabalho, a que pedimos que transmita o nosso abraço.

Passo a palavra ao Dr. José Humberto Oliveira, consultor internacional do IICA

O SR. JOSÉ HUMBERTO OLIVEIRA – Em primeiro lugar, os meus cumprimentos ao Senador Acir Gurgacz, extensivo a todos os membros desta Comissão, em especial ao Senador Cristovam Buarque, que, junto com os senhores e com o IICA, teve a brilhante iniciativa de realizar este ciclo de debates sobre o conceito da ruralidade.

Cumprimento aqui o Víctor Villalobos, Diretor-Geral do IICA; Manuel Otero, representante no Brasil; a Embaixadora Beatriz Paredes, do México; e a Andrea Butto, Secretária de Desenvolvimento Territorial do MDA – Ministério do qual participei, com muito orgulho, por oito anos, durante o governo do Presidente Lula. É um Ministério que faz muito pelo meio rural brasileiro.

Cumprimento a nossa professora e coordenadora da pesquisa, Tânia Bacelar, e todos os profissionais que estão envolvidos nesse estudo.

Cabe a mim aqui fazer uma explicação do porquê a gente, em pleno século XXI, está discutindo conceito de rural, num país que se considera urbano, quase exclusivamente urbano e industrial. Qual é a motivação de um estudo desse e que impactos ele pode ter na realidade do nosso povo que habita o meio rural brasileiro.



Dizer que esse debate não começou agora. Como já foi dito aqui pela Andrea Butto, que esse debate tem mais de dez anos, entre os acadêmicos e estudiosos desse tema, governos – não só o Governo Federal, mas alguns governos se debruçam sobre esse tema –, a própria sociedade, através das suas lideranças. Uma referência importante é o Condraf (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável), do MDA. A I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável em 2008 tratou desse tema, dessa releitura e da importância desse tema para o Brasil.

Também não é um tema desatualizado no mundo. Ao contrário, é um tema que o mundo vem discutindo e os países desenvolvidos vêm modificando as suas legislações para compreender esse novo rural, esse rural contemporâneo.

A Europa, na primeira década do século XXI – o Reino Unido, a França, a Espanha agora em 2007 –, constituiu uma nova legislação para o meio rural. Então, esse é um tema da atualidade nos países desenvolvidos do mundo.

O objetivo desse estudo que a Profª Tânia vai mostrar começa por essa motivação aqui no Brasil de discutir um tema da atualidade, na busca da compreensão de um novo rural e do seu papel no desenvolvimento do País, este país industrializado e urbano. Essa compreensão que passe de uma visão exclusivamente relacionada à agricultura, mas que contém de forma importante a agricultura, mas não apenas isso, nem no campo da economia e da produção, é o rural como espaço de produção, um espaço de vida e, por isso, a importância das populações, como mencionou a Embaixadora Beatriz Paredes, e também como espaço de relação com a natureza e o meio ambiente.

Portanto, há essa necessidade de um debate e de um tratamento multidimensional do tema da ruralidade. E poderíamos dizer que os grandes temas que são tratados hoje no mundo passam, indiscutivelmente, pelo meio rural, seja a questão ambiental, a questão energética, a questão da água – hoje é o Dia Mundial da Água. A questão da água passa pela questão do rural, como a questão do trabalho, a questão da habitação, da moradia. Nós temos o rural contemporâneo que requer uma releitura para que a gente compreenda melhor esse rural e sua importância para o desenvolvimento do País.

A gente poderia contrapor – e acho que a Profª Tânia vai aprofundar um pouco isso – de forma bem breve para ilustrar, nós passamos da concepção de um rural muito associado à agricultura e ao campo – muitas vezes, nós nos referimos ao meio rural como se fosse o campo – e ao resíduo do urbano. Aliás, eu acho que esse já é uma desvantagem imensa do meio rural, porque o meio rural começa com uma negação. O meio rural é aquilo que não é urbano, ou seja, essa negação acompanha outras negatividades no meio rural, que estão relacionadas a atraso, a ser um ambiente não civilizado ou que os cidadãos e cidadãs que ali vivem têm menos importância.



Então, eu acho que esse tema da ruralidade precisa ser visto de uma forma atual e que inclua o campo e as cidades – integre campo e cidade – de Municípios que têm atributos específicos que lhe dão características de ruralidade, pelo tamanho da população, pela densidade populacional desses ambientes, pela sua relação com paisagem, com predomínio de paisagem natural, enfim, a relação forte com a cultura do povo do campo, que ainda é muito presente na vida brasileira e latino-americana – poderia se dizer também – e que precisa ser preservada, senão vai acabando, porque, infelizmente, há uma invasão cultural no meio rural. Queria até aqui dizer que há um documentário brasileiro que considero muito importante que todos assistam, chamado “Muito Além do Peso”, que trata da questão da obesidade, mas o que me chamou mais atenção com esse olhar sobre o rural é que antigamente a gente dizia que as crianças no meio urbano não sabiam de onde vinha o leite, se o leite nascia da caixinha ou vinha da vaca. Infelizmente, as crianças do meio rural já não conseguem distinguir uma fruta da outra. Então, nós estamos começando a perder as nossas referências dentro do próprio espaço rural brasileiro, em relação à questão do conhecimento da gastronomia, dos alimentos, da forma de preservar, a música, a literatura e outras tantas manifestações.

Então, essa diferença já tem uma implicação enorme entre um rural que é só campo e um rural que inclui cidade e campo dos Municípios. Por exemplo, os dados oficiais colocam o Brasil como um dos países mais urbanizados do mundo. Eu tive a oportunidade, como muitos que trabalham com desenvolvimento rural também, de estar presente quando uma autoridade do governo espanhol começou uma palestra dizendo: “Vocês sabem que a Espanha é um país essencialmente rural.” Então, há alguma coisa errada com o Brasil, que quer ser um País essencialmente urbano. Só em relação a tamanho, nós temos 14% de população urbana, nos dados estatísticos, e, quando a gente passa para uma nova forma de conceber o rural, duplicamos, mais do que duplicamos isso, vamos a quase um terço da população brasileira, o que tem, novamente, impactos muito grandes, inclusive em temas atuais, que estão na agenda política, no pacto federativo, no municipalismo, porque nem todos os Municípios são iguais no Brasil. Nós temos Municípios e Municípios.

Esse tema interessa à sociedade brasileira. Não interessa somente aos agricultores brasileiros. Não interessa somente ao povo que vive no campo, mas interessa às pessoas que vivem no ambiente rural brasileiro, no campo, e nas cidades. Esse é um diálogo que está posto em vários momentos da nossa vida atual.

Vamos olhar do ponto de vista das políticas públicas e do impacto, que é um dos desafios desse trabalho.

Nós temos um avanço imenso, inegável. Acho que nós todos, brasileiros e brasileiras, temos que nos orgulhar com o tanto que tem sido feito. O



Brasil é uma referência sobre políticas públicas para o meio rural, mas nós ainda temos que avançar muito. Temos desafios que são difíceis de superar, se não superarmos essa concepção de ruralidade que nós temos hoje no Brasil, porque isso impacta no planejamento. Estão aqui colegas do Ministério do Planejamento, que têm feito um esforço e estão agora realizando uma agenda territorial, reunindo Prefeitos no Brasil e discutindo PPA. Acho que eles podem falar melhor sobre isso, mas é uma iniciativa.

Nós precisamos modificar o orçamento público brasileiro para que a gente possa atender a 89% dos Municípios brasileiros que têm menos de 50 mil habitantes e que não têm prioridade no Orçamento público. Setenta por cento dos Municípios brasileiros têm menos que 20 mil habitantes, e isso requer, além de orçamento e de planejamento, estratégias adequadas. Por isso, há as abordagens territoriais, o enfoque territorial, o Programa Territórios da Cidadania. Os programas coordenados pela Secretária Andrea Butto, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, têm que ganhar mais importância, mais peso, em função de que podem dar respostas no campo da integração das políticas nos ambientes rurais, porque os ambientes rurais também não podem requerer que cada Município de 10, 20 mil habitantes possa ter uma política pública de qualidade com alto nível de complexidade, mas eles podem ter territorialmente.

Precisamos identificar no Brasil que nós temos Estados que são rurais. E aqui, me permita, Senador, eu conheço um pouco o seu Estado, o senhor é um Senador de um Estado rural, 100% rural, até a sua capital, o Amapá. Eu diria que a Região Norte é uma região rural do Brasil, pelas suas características, na sua grande maioria. Então, precisamos compreender melhor para que a gente possa ter não só o tratamento no planejamento, na estratégia, no orçamento, como também a adequação, o ajuste das políticas públicas para que elas possam atender essa população. Aqui foi falado na cultura, na educação, nas políticas agrícolas e agrárias. A compreensão que nós devemos passar a ter é de que o meio rural não reivindica apenas política agrícola e agrária, que é muito importante, sobretudo para a agricultura familiar, mas também políticas de educação, de saúde, de comunicação, entre outras. Entre essas tantas políticas reivindicadas, acho que nós temos que pensar também na sua adequação. Por exemplo, a educação, que é um tema muito caro ao Senador Cristovam, não só precisa chegar a esses territórios, como ela precisa estar inserida na realidade do meio rural. Ela precisa estimular as pessoas a viverem ali. Como disse a nossa Embaixadora, nós não podemos ter uma educação que nos expulsa do nosso ambiente, do nosso local.

Quero citar um exemplo da minha vida. Quando eu estava na minha cidade, no interior de Sergipe, eu lembro que uma das minhas primeiras cartilhas tinha um avião, um prédio de apartamentos e uma praia. Para mim, aquilo era sinal de progresso, algo que eu deveria estabelecer como meta na minha vida, ou



seja, um dia eu deveria viver ali, e um dia consegui viver assim. Aos dez, doze anos de idade, eu me considerava uma pessoa ignorante, pois não conhecia nem um avião, nem um prédio, nem uma praia. A escola me ajudava a me identificar dessa forma.

Há também a falta de contextualização de uma educação para o campo, para o ambiente rural, sobretudo para o semiárido, a nos levar muitas vezes a não reconhecer a importância do nosso semiárido, por exemplo. É muito duro abrir um livro e ver uma macieira vivendo no semiárido. Parece que você foi castigado na vida, não é? A educação tem que valorizar aquela riqueza que é o semiárido, a nossa fauna, a nossa flora. E a educação muitas vezes... Não é só haver escolas, mas haver também uma educação contextualizada para o ambiente rural e vinculada a outras políticas.

Eu não vou me estender mais, mas quero dizer que agora há um tema em debate no Brasil que tem muito a ver com essa concepção do rural: a falta de médicos nos Municípios do interior do Brasil. É um debate muito recente. Não podemos colocar a culpa em jovens médicos que não querem ir para o interior do Brasil. Muita gente não quer ir para um lugar onde, sendo médico, não há qualidade de ensino para os seus filhos; não há bons professores e boas escolas; não há banda larga, porque muitos jovens querem isso no meio rural; não há diversão, não há lazer. Não adiante tratar a política isoladamente, a política de saúde, porque nós não vamos ter... E o professor também não vai para um Município em que não há médicos. E nós não vamos sair desse círculo vicioso se a gente não tratar de forma integrada as políticas públicas para os ambientes rurais. Por isso, volto a insistir na estratégia de desenvolvimento territorial.

A sociedade está reivindicando essas novas políticas. Novamente me refiro aqui à fala da Sr^a Beatriz Paredes sobre a juventude. Nesse fim de semana que passou, em Sergipe, no território do Alto Sertão, os jovens acamparam para discutir e reivindicar políticas públicas, e a principal reivindicação é um campus universitário para o território do Alto Sertão Sergipano. É banda larga, educação de nível universitário, escolas técnicas, é isso que está sendo reivindicado pelo povo do campo também, além de políticas agrícolas e agrárias, que são fundamentais para o trabalho e para a geração de renda.

Quero dizer que esse tema nos inspira, essa concepção de ruralidade nos inspira a modificar legislações, a modificar políticas públicas, a sua forma de chegar, não só de forma integrada, mas com mais recursos. Se nós entendermos que o mundo rural brasileiro não representa 14%, mas 30%, nós teremos que pensar que nós temos que ter um percentual de recursos maior para o mundo rural e para os Municípios do interior do Brasil. Esse não é um tema novo.

Quero encerrar dizendo que os nossos pesquisadores acharam uma preciosidade na enciclopédia dos Municípios brasileiros: uma fala do saudoso



Deputado Ulysses Guimarães dizendo exatamente isso, em 1957. S. Ex^a disse que o mundo rural ou o mundo do interior do Brasil precisa de escolas, precisa de universidades, precisa de escolas técnicas, precisa de hospitais, precisa de cultura; enfim, de um conjunto, menciona, inclusive, Banco do Brasil, Caixa Econômica. Era preciso tudo isso em 1957. Portanto, eu acho que está mais do que na hora de a gente não só ter esse estudo que nos oriente a fazer essas mudanças, mas de trazer isso para esta Casa.

Eu queria dizer que aqui há um projeto de lei do Senador Antonio Carlos Valadares que propõe uma política de desenvolvimento rural. O PLS nº 258, de 2010, já passou pela CCJ e pela Comissão de Meio Ambiente e está na Comissão de Assuntos Econômicos. Teve parecer positivo em todas elas. Ele está vindo para esta Comissão, Senador. Então, eu acho que nós chegamos em boa hora. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Acyr Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado ao Dr. Humberto Oliveira pela sua explanação.

Dando sequência, passamos a palavra, então, à Prof^a Tânia Bacelar, professora da Universidade Federal de Pernambuco, mais uma vez agradecendo a sua presença conosco.

A SR^a TÂNIA BACELAR – Obrigada.

Eu começo dando o meu boa-tarde a todos e a todos. Cumprimento, especialmente, o Senador Acyr Gurgacz e o Senador Cristovam Buarque.

Quero dizer que para nós, que formamos a equipe dessa pesquisa, é uma honra poder estar aqui, nesta tarde, no Senado Federal, porque, como já foi dito, o estudo ambiciona muito. A ideia não é produzir mais uma pesquisa. A ideia é questionar a visão que a sociedade brasileira tem do rural e propor uma releitura da realidade rural do nosso País.

Então, para nós, é, ao mesmo tempo, uma grande responsabilidade participar desse trabalho, mas, ao mesmo tempo, é um grande estímulo.

Depois do que a gente ouviu aqui, nesta mesa, as duas coisas aumentaram: a responsabilidade cresceu, mas o estímulo, por exemplo, da fala da Embaixadora é muito importante, essa visão que elas nos trouxe da realidade, que não é só mexicana, é latino-americana e é, também, brasileira.

Então, para nós é muito importante fazer esse debate e uma das preocupações que se teve desde a montagem inicial do projeto é que esse é um projeto que tem de ir enfrentando o debate gradativamente. Não dá para a gente esperar produzir todo o trabalho terminado para abrir a discussão.

A gente pensou numa estratégia de discussão que, como eu vou mostrar, vai acompanhando o processo de produção das ideias centrais do trabalho.



Eu preparei um PowerPoint para me controlar mais, porque, como eu falo muito e sei que o tempo é pequeno... Então, é mais para mim do que para vocês, está certo.

Então, eu queria que me ajudassem passando os *slides*.

O meu roteiro é este: um pouco a proposta do estudo, quais são os objetivos, o contexto, a diretriz de partida, quais são os resultados esperados dos produtos e como a gente está organizado para realizar o trabalho. O segundo momento são os primeiros resultados, as bases conceituais, exemplos de tipologia de fora do Brasil que nos iluminaram, a metodologia para fazer a tipificação regionalizada, que já está pronta, e as análises da relação entre essa tipologia e as políticas públicas, porque, como já ficou claro aqui, também, não se trata de um estudo acadêmico. Trata-se de trazer a academia para ajudar o País a refletir sobre as políticas públicas que, hoje, são destinadas ao mundo rural. No final, um pouco essa proposta de discussão do estudo, onde este momento se inscreve.

Pode passar.

Quais são os objetivos?

Passe a próxima.

São três os objetivos do estudo: primeiro, fazer uma releitura do rural contemporâneo. Então, voltar a olhar para o Brasil e perguntar o que é o rural do Brasil hoje.

Segundo é, com base nessa leitura, construir uma tipologia, o que é um grande risco. Talvez seja o maior risco do nosso trabalho: tentar passar da discussão conceitual para uma tipologia.

Toda tipologia é um risco, porque ela é, no fundo, uma simplificação, mas a gente quer ousar fazer a tipologia para ajudar a tornar mais claro o debate que é preciso ser feito. Já foram feitos avanços conceituais, como já foi dito aqui. O debate na academia brasileira não começou hoje, tem dez anos. Tem toda uma literatura já consolidada, que a gente sistematizou, mas o debate também não está só na academia. Grandes instituições da sociedade brasileira já vêm discutindo isso e os próprios movimentos sociais têm se apropriado bastante bem dessa discussão.

O terceiro objetivo é explicitar as implicações dessa releitura e da tipologia para as políticas públicas. Esse talvez seja o principal objetivo do estudo, os outros dois são para fazer o terceiro. O que a gente quer mesmo é questionar as políticas públicas que a gente tem hoje para o mundo rural. Então, esse é o terceiro e o principal, na minha visão, objetivo do estudo.

Pode passar.

Como já foi dito, o desenvolvimento brasileiro vem sendo acompanhado por mudanças importantes. A Andréa destacou uma mudança muito importante, porque o Brasil do século XX se tornou uma potência econômica importante, uma potência industrial importante. Eu sempre digo que o Brasil do



século XX era a China de hoje, mas, quanto mais o Brasil crescia, mais a renda se concentrava e mais a desigualdade aumentava. A principal mudança que a gente conseguiu fazer foi continuar querendo ser um País importante, mas fazer a economia crescer distribuindo melhor os frutos desse crescimento. Isso também tem chegado ao rural brasileiro, não foram só as cidades brasileiras que sentiram essa mudança, o rural brasileiro sentiu também.

Por outro lado, há mudanças importantes no rural. Também já passou na mesa aqui essa visão de que a urbanização avançou no rural, então o rural não pode mais ser visto como só o campo, porque esse movimento é muito importante. Há mudança em padrões técnicos de produção. O Brasil é uma potência agropecuária de padrões técnicos elevados, e a mudança desses padrões técnicos não tem ficado só na agricultura patronal, ela tem chegado também à agricultura familiar do Brasil. Há melhoria na renda dos produtores e dos trabalhadores. As estatísticas recentes mostram isso. E nem precisa ir para as estatísticas. Eu sempre digo que, cada vez que vou aos encontros da Contag, cada vez que vou aos encontros do MST, encontro pessoas que têm uma realidade de vida, hoje, completamente diferente do que tinham 15 anos atrás. É sensível até nas pessoas a mudança que aconteceu. E há melhor oferta de serviços sociais, apesar das carências que ainda existem.

Há as famosas resistências brasileiras, a gente muda, mas as nossas travas históricas também são pesadas. A principal delas é a estrutura fundiária, porque, diferentemente do México, a nossa herança é muito mais pesada do que a de vocês. E há dificuldade, também, de generalizar as boas condições de trabalho. De vez em quando a gente se surpreende com a presença de trabalho escravo no Brasil do século XXI. Então, também não é fácil fazer essa mudança no Brasil.

Por outro lado, essa mudança é muito importante, essa visão de que o Brasil rural era só o Brasil do agronegócio. Acho que, da década de 90 para cá, a redemocratização do País, a capacidade de organização dos movimentos sociais brasileiros fez uma mudança importante, no sentido de a gente voltar a olhar para a agricultura de base familiar como um patrimônio importante do Brasil. Eu sou de uma geração de economistas que participou de muitos debates. Quando a gente ia discutir agricultura familiar, o que se ouvia na academia, nos meios empresariais, nos meios políticos era: “Esquece, isso é coisa de pobre, isso não tem futuro. O futuro do Brasil é a agricultura patronal”. Isso começa a mudar. Quando a gente pega o debate dos anos 90 e o debate dessa primeira década, a gente vê que isso é uma coisa importante. Eu credito isso ao movimento de redemocratização e à força dos movimentos sociais, no Brasil, que criaram o Ministério de Desenvolvimento Agrário, não no Governo Lula, mas no Governo Fernando Henrique. A gente estava desmontando o Estado brasileiro e eles conseguiram criar o Ministério de Desenvolvimento Agrário, inclusive o Pronaf. É



uma conquista importante. Então, penso que essa é uma mudança interessante, com características e trajetórias distintas nas diversas regiões do País muito importantes também.

Pode passar.

Se há mudanças, há outra resistência que é a que já foi destacada aqui na Mesa.

A sociedade brasileira, principalmente no século XX, colocou-se como projeto ser um país industrial e urbano, mas não foi só isso. Muitos países fizeram também essa opção. Nós fizemos duas: ser isso e negar o rural. A sociedade brasileira do século XX não queria só ser urbana e industrial. Queria ser isso e não queria ser rural. Essa é uma herança muito pesada que o País carrega.

As informações, as estatísticas, o material que a gente tem para trabalhar nas universidades, nas políticas públicas, o IBGE faz uma concepção de rural e de urbano que dificulta muito, porque, quando o IBGE vai fazer o censo, o urbano é que importa. Na verdade, o urbano é definido pelas câmaras municipais. É urbano o que está no perímetro urbano. Essa é a classificação-mãe das nossas estatísticas. Por isso, foi muito importante para a pesquisa trazer o IBGE para o Conselho Consultivo da Pesquisa, não só porque eles têm essa responsabilidade importante, que é difícil de mudar, pois, em cima dessa concepção, há todo um aparato de política pública montado, mas também porque existe uma coisa ultrapositiva no IBGE: o Brasil tem hoje um censo demográfico georreferenciado. Nenhum país do mundo tem isso, e a gente tem. Essa pesquisa está contando com esse patrimônio que o IBGE nos permite ter: é fazer constar essas informações no mapa e fazer essa leitura no mapa. É possível fazer isso pelo avanço que o IBGE proporciona ao País tendo feito o último censo georreferenciado.

Mas a ideia que está por trás, e contra a qual a gente está se colocando, é que o espaço rural é percebido como resíduo do urbano, mas, no nosso País, no último censo, 70% dos municípios têm menos de 20 mil habitantes e 90%, menos de 50 mil. Essa realidade é muito importante, e José Eli da Veiga precisa ser citado sempre, porque ele foi um dos primeiros acadêmicos que bateu de frente com esse conceito. Penso que ele prestou um serviço muito importante ao País com essa contribuição que ele deu.

Pode passar.

Num contexto internacional, e também já foi dito aqui na Mesa, estamos estimulados a fazer essa discussão porque não é só ao Brasil que ela interessa. O mundo está fazendo essa discussão. O apoio do IICA foi muito importante para a pesquisa porque é um tema internacional. Há onde buscarmos elementos lá fora para ajudar a fazer o debate. É muito estimulante ver isto: os países mais desenvolvidos do mundo, hoje, usam critérios muito parecidos que revelam que, ao mesmo tempo em que são os mais industrializados do mundo,



quando eles fazem o mapeamento do que é urbano e do que é rural, a maioria da população deles aparece, nas classificações, como mais rural do que urbana. Isso é muito importante para essa visão cultural deformada que a sociedade brasileira tem, pelos dois lados, pelo lado negativo e pelo lado positivo: um pouco pela herança do nosso colonialismo e um pouco porque tudo que vem de fora a gente olha com mais cuidado. Então, vamos nos valer do lado ruim para fazer o debate bom.

Nós estamos convencidos disto: a hora de fazer essa discussão é oportuna. O Brasil está precisando fazer de fato essa discussão repensando o papel do rural no século XXI, e a oportunidade da II Conferência do Desenvolvimento Rural é muito importante. A gente quer terminar a proposta de tipologia antes da conferência para levar a proposta para a conferência, para não perder a oportunidade dessa discussão com o conjunto da sociedade brasileira.

Pode passar.

Há duas diretrizes de partida que são muito importantes, e eu vou fechar essa parte com elas.

Não é à toa que quem está fazendo a tipologia é a Universidade Federal de Pernambuco, e o programa que eu trabalho é o programa de Geografia, não é o programa de Economia, e isso tem-nos ajudado muito porque a visão da Geografia é muito mais ampla. A gente quer dialogar com os diversos contextos territoriais do País e, portanto, com a diversidade regional. Essa é uma riqueza do Brasil. A diversidade regional brasileira é uma riqueza. Então, aprender a dialogar com ela nos nossos estudos e nas nossas políticas é uma tarefa importante. É diretriz da pesquisa partir disso. Embora a gente vá tipificar, a gente vai tipificar considerando a diversidade.

A segunda é que, se existem distintas formas de relacionamento entre o rural e o urbano, a gente tem que dialogar com o urbano. Não dá mais para ver o rural separado do urbano. Mas as relações entre o rural e o urbano também são muito diferentes. É esse o nosso desafio, porque elas são duas diretrizes de partida.

Pode passar.

Quais são os resultados esperados? Como é que a gente está organizado? É o segundo momento.

Pode passar.

Os resultados são esses: fazer uma releitura do rural brasileiro, propor uma tipologia dos espaços rurais, indicar as implicações para as políticas públicas e contribuir para um posicionamento afirmativo do Brasil no cenário latino-americano, o que a Embaixadora já destacou. O Brasil, queira ou não, é uma referência na América Latina. Quando a gente faz errado, é ruim para a gente e para os outros; quando a gente faz mais certo, é bom, também, passar essa experiência.



Nesse ponto, de novo, a presença do IICA foi muito importante no estudo pela possibilidade de levar esse debate também para fora do Brasil, principalmente para o cenário latino-americano.

Pode passar.

Quais são as grandes etapas do estudo? Três etapas.

Na primeira, que terminou em dezembro, houve uma análise sobre o alcance e as limitações das metodologias aplicadas no Brasil para caracterizar os espaços rurais – a história conta, fomos à história para ver como a coisa se dava; uma análise de tipologias de caracterização dos espaços rurais em países selecionados na América Latina e na Europa, principalmente, e estamos dialogando com essas experiências – há o que aprender com os outros, vamos ler o que o pessoal lá fora está construindo, ver o que serve para entender o Brasil e vamos usar; e uma definição das bases conceituais e da metodologia do nosso estudo, que era a grande tarefa do primeiro momento – temos que partir de bases sólidas. A Mesa já nos deu essa segurança. A fala de vocês nos dá, de um lado, essa certeza. Pelo menos as bases conceituais, a gente está no bom caminho. Não sei se a tipologia vai responder bem, mas estamos com os pés no chão, no lugar certo.

Pode passar.

Essa etapa está construída.

A segunda é a que estamos agora, que é montar a proposta de tipologia: construir a tipologia dos espaços e analisar as implicações dela para as políticas públicas e analisar o quadro institucional.

Como já foi dito, a legislação precisa ser revista. O estudo também tem de indicar que mudanças na legislação seriam mais favoráveis para essa visão que vamos trazer do que é o rural brasileiro hoje.

Pode passar.

É nessa fase em que estamos.

Seguindo o estudo, existe a fase de discussão, validação e divulgação. Fizemos a primeira apresentação no VII Fórum Internacional, em novembro de 2012; uma oficina para discutir a primeira fase, e estamos preparando uma oficina, para maio, para discutirmos a segunda fase; uma apresentação na II Conferência, no segundo semestre; e uma apresentação inicial no Condraf, e vamos fazer outra no segundo momento do estudo. Vamos também fazer validações por meio de um trabalho nos Estados e publicar os resultados.

O último mês da pesquisa está reservado para levar aquela tipologia que fizemos para a realidade concreta de alguns Estados, para discutir com a sociedade, naqueles Estados, para ver se aquilo que estamos lendo corresponde, com alguma fidelidade, ao que está mesmo acontecendo ali. Vai sair um primeiro livro agora com os resultados dessa primeira etapa e, no final, há uma série de publicações previstas.



Pode passar.

Nós estamos organizados em grupos.

Existe uma comissão de acompanhamento composta pelo MDA/SDT/Nead, que é a iniciativa principal da pesquisa, pelo IICA, pelo BNDES, pelo BNB e pelo Ministério do Planejamento, não só com a própria secretaria de políticas, a SPI, como o IBGE, como já falei. Essas instituições estão acompanhando permanentemente os nossos trabalhos. São os grandes patrocinadores do estudo. Depois, há uma comissão gestora, que é mais o dia a dia: coordenação geral, onde eu e o Humberto estamos, e coordenadores temáticos. Há uma equipe técnica de especialistas convidados de várias universidades do Brasil – daqui a pouco, vou mostrá-la.

Trabalhamos com oficinas e apresentações, como esta que estou fazendo agora.

Pode passar.

Equipe técnica: na coordenação, três pessoas; na conceituação e comparações internacionais, pessoas da Federal de Pernambuco, da Federal do ABC e do Rio de Janeiro; na tipologia, a Federal de Pernambuco; e na leitura das políticas públicas, o pessoal do Rio. Há pessoas de vários lugares do Brasil.

O cronograma é esse. É um estudo para 14 meses. Estamos no 9º mês. Terminamos a primeira fase e estamos no meio da segunda. A primeira versão da tipologia tem de terminar em maio. Estamos com a segunda oficina prevista para final de maio, começo de junho, já com a tipologia pronta. No final, vamos terminar em 14 meses.

Pode passar.

Resultados iniciais.

Pode passar. Agora vou ser mais rápida.

Primeiro, as bases conceituais.

Parte da visão é esta: o rural se expressa como forma territorial da vida social. Então, rural não é agrícola. Rural é uma forma de vida, como o urbano é uma forma de vida. Ser do mundo rural é ter um modo de vida, não é ser produtor agrícola, é mais do que isso. Para compreender o rural, portanto, tem de se levar em conta o acesso a recursos naturais, a bens e serviços da cidadania, a composição da sociedade rural em classes e categorias e os valores culturais que sedimentam e particularizam um modo de vida.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª TÂNIA BACELAR – Isso. Então, o rural não resulta apenas da presença da agropecuária, embora a presença da agropecuária seja muito importante. Está certo?

Isso tem três implicações: o rural atual tem interdependência crescente com a cidade. Então, não dá para ver mais rural contra cidade. A cidade está dentro. Segundo: os traços distintivos dos espaços rurais variam segundo a



sociedade. No Brasil, a heterogeneidade é um traço maravilhoso. Então, temos de fazer essa leitura, compreendendo isso como uma coisa positiva. E o desenvolvimento rural é um projeto de sociedade. Essa implicação é muito importante para um país que se quer urbano e industrial a qualquer força. Bota este grande número na cabeça que oitenta e tantos por cento são urbanos e, aí, o resto é resto. Essa é uma visão equivocada da realidade concreta de nosso País.

Pode passar.

Então, essa é a base conceitual principal.

O rural não é uma categoria fora da história, sua divisão tem direta correspondência com a trajetória da formação econômica e social brasileira. Por que o Brasil pensa assim? Pensa assim pela trajetória que a gente construiu. O Brasil rural é visto como periférico, residual e dominado e tem a ver com essa definição do legado do urbano nas bases de informação. Por outro lado, há explicações para isso.

As relações entre cidades e campo no Brasil assumem conotação distinta das que são comumente estabelecidas em outros países. Há uma visão dominante de que o desenvolvimento da sociedade moderna implica na necessária eliminação do mundo arcaico, que é o mundo rural, pelas forças progressistas sediadas nas cidades. É assim que a sociedade brasileira pensa, predominantemente. E Humberto acabou de dar o exemplo de um menino de classe média do rural brasileiro que não era uma criança das classes mais pobres. Então, é uma visão muito importante e que está consolidada no País.

Pode passar.

Marcas do Processo de Desenvolvimento do Brasil

Há marcas muito interessantes. Primeiro, o setor industrial e de serviço se concentraram nas grandes cidades e assim permanecem. O Brasil fez sua industrialização, mas, atenção! Nos anos 70, este País continental tinha 80% de sua indústria em uma única região e quase metade em uma única cidade. Então, não é todo Brasil que é industrializado. Isso é uma falsa leitura do Brasil. Primeira característica: atenção, somos industriais onde? Onde é que somos industriais? Então, essa precisa ser colocada no mapa para que a gente saiba onde é que teve industrialização, está certo? E isso permanece. Houve uma modesta desconcentração, mas até hoje 60% da produção industrial do Brasil estão no Sudeste. Com todo o esforço de desconcentração que foi feito de 70 para cá.

Por outro lado, o processo de urbanização gerou grandes cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, mas uma enorme gama de pequenos Municípios. Então, essa é outra característica importante da chamada urbanização brasileira. O que a gente bota um nome só... Este nome só: País urbano. Ele é urbano de São Paulo e urbano dos Municípios de 20 mil, 30 mil, 50 mil que é a maioria dos Municípios brasileiros. Nesses Municípios é onde vivem



também a maioria da população rural brasileira. Então, essa é uma herança importante.

Segundo: houve uma forte modernização da agricultura e houve uma pobreza extrema mais forte no meio rural. O Brasil tem metade dos pobres urbanos e metade dos pobres rurais. Mas como a participação da população rural é muito menor, mesmo quando a gente for reler, o peso da pobreza fica muito mais forte no meio rural. Então, o desafio de fazer um País sem miséria, um País menos desigual passa pelo mundo rural com prioridade, não é pelo mundo urbano.

Pode passar.

Três aspectos centrais da ruralidade. Primeiro, ser rural é compatível com ser uma sociedade moderna. Essa é outra ideia-força importante. O rural não é sinônimo de arcaico. Essa é uma visão atrasada que a sociedade brasileira ainda cultua. Certo? Ser rural pode ser entendido e deve ser entendido como ser moderno, até porque é muito interessante, quando olhamos o Brasil do século XXI, duas grande janelas de oportunidades do Brasil no mundo remetem ao rural.

A energia renovável: nós vamos poder ser uma grande potência produtora de energia renovável. E ela vai para onde? Para o rural brasileiro. Segundo, produção de alimentos. Nós temos tudo para ser um grande produtor de alimentos mundialmente. Somos parte da solução da questão dos alimentos no mundo. Isso aponta para onde? Para o rural.

Portanto, a visão que o Brasil precisa ter do rural no século XXI não pode ser a visão que o Brasil teve no século XX, porque, se ela permanecer, nós estaremos empanando duas janelas de oportunidades enormes que estão diante de nós no século XXI. Então, essa visão precisa mudar. O Brasil moderno do século XXI, contemporâneo, passa pelo rural também. Não passa só pelas grandes cidades.

Segundo, é preciso ver que há uma disputa entre a concepção do rural enquanto espaço de investimento e espaço de vida. Ou seja, se for só pela leitura econômica, não dá. E aí eu acho que a sua fala, Beatriz, foi maravilhosa. Há uma questão cultural. Tem que olhar para o meio ambiente, tem que haver uma visão multidimensional, senão não chegaremos a lugar nenhum, porque a visão econômica é restritiva dessa leitura que a gente precisa fazer e se constrói como uma forma de seção no mundo e no conjunto das sociedades nas velhas relações com a cidade. Então, isso também é uma ideia-força do estudo muito forte. Não dá para lermos mais sem lermos as cidades. Então, essa visão precisa ser feita, e as novas tipologias estão fazendo isso. Estão fazendo a leitura rural olhando para as cidades. É isso que a gente está fazendo.

Pode passar.

Três tendências atuais da ruralidade brasileira. O mundo rural está mudando o seu perfil demográfico. Então, aquele Brasil do êxodo rural foi o Brasil



do século XX. O Brasil do século XXI não é mais o Brasil do êxodo rural. Então, é um outro movimento. Também está envelhecendo. Quer dizer, a própria taxa de natalidade também está caindo lá, e a taxa de envelhecimento também está crescendo lá. Então, há uma aproximação dos padrões lá também. As condições de vida também melhoraram. Ainda são muito desiguais, mas melhoraram. Então, houve um certo acompanhamento do que aconteceu no Brasil urbano.

Segundo, a agricultura ganha importância no cenário internacional e nas exportações, mas perde importância na ocupação. Por quê? Porque a base do agronegócio gera pouco emprego. E, do ponto de vista estritamente econômico, ela é a predominante. E ela não é criadora de emprego. Daí a importância de olhar para a agricultura familiar, porque ela não tem o peso econômico, mas tem o peso na geração de emprego – 75% do emprego agrícola no Brasil são da pequena produção familiar. Então, é o que os movimentos sociais dizem: queremos um rural brasileiro com gente; nós não queremos um rural brasileiro com máquina somente – com máquina, mas com gente também. Se é para ter gente, tem que ir atrás do que gera emprego, e não do que destrói emprego.

Depois, mantém-se a convivência conflituosa entre as duas formas sociais de organização da agricultura brasileira. Não dá para fazer essa tipologia achando que nós estamos no paraíso. A sociedade brasileira ainda faz essa clivagem, de um lado e do outro. Não é só uma leitura de um lado. É uma leitura de um lado e do outro, que também é uma leitura equivocada da nossa visão. O Brasil tem potencial para ter as duas formas e ter formas modernas, as duas maneiras de organizar a produção.

O território tem ganhado espaço como unidade de planejamento, mas as instituições e as forças sociais continuam sendo setoriais, e o viés de investimento continua sendo compensatório. Então, essa é uma mudança que é parcial, está certo? Os próprios movimentos sociais são organizados de forma setorial: Sindicato de Trabalhador Agrícola. Do lado mesmo da população há uma dificuldade, que é uma herança do tempo em que o rural era agrícola. Eles têm dificuldade de lidar com essa nova concepção.

O surgimento de uma economia da nova ruralidade é um fato e resulta de processos que não são só transferência de renda, que é outra leitura. O que melhorou no Brasil: Bolsa Família e Previdência Social tiveram um peso importante, mas não foi só isso que aconteceu, e as tais janelas de oportunidade de que eu falei, do século XXI, que todas as duas apontam para o rural.

Pode passar.

Quais são os resultados iniciais em termos das tipologias? Vamos olhar um pouquinho para fora agora. O que a gente recolheu do estudo do Produto II, que olhou para fora? Ele fez uma análise comparativa de concepções de



ruralidade e tipologias de espaços rurais em oito países da América Latina e em países da Europa.

Passa aí para eu ver o mapa da Europa, por exemplo. Vou mostrar dois mapinhas.

Pode passar.

Aqui, onde a gente está olhando, é o mapa da Europa, os países que a gente está olhando; aqui América Latina.

Pode passar.

Pode passar outro.

Então, este é mapa da Europa na tipologia da OCDE.

Então, vejam: em 2005, 46% da população da OCDE viviam em regiões predominantemente urbanas, menos de 6% da área total; 24% viviam em áreas predominantemente rurais, que são mais de 80% da área da Europa.

Vejam: a Europa diz que 24% são predominantemente rural; e o Brasil diz que são 14%, está certo? Então, tem alguma coisa errada na nossa leitura, está certo?.

Passa o próximo aí.

A tipologia da OCDE, ao invés de fazer só rural e urbano, eles fazem predominantemente urbano, intermediária próxima de uma cidade, intermediária isolada – vejam como a cidade é importante na classificação. Uma coisa é ser rural e estar longe da cidade; outra coisa é ser rural e ter cidades próximas. Isso dá um rural muito diferente, está certo? Predominantemente rural próximo de cidade e predominantemente rural isolado. Então, esse dado é importante.

Pode passar.

Essa é outra classificação refinada da OCDE, que foi melhorando, e aí já dão números maiores: 35% predominantemente rural. Quanto mais eles sofisticam, mas eles se descobrem que são mais rurais.

Pode passar.

Esse é o trabalho feito pela Cepal na América Latina.

A Cepal mudou dois critérios. Ela usou densidade demográfica com menos de 150km/habitante por km² e PEA agrícola igual ou maior de 35%. Só com estes dois critérios a Cepal diz que, no Brasil, por exemplo, 36% rural, e o censo diz que são 18%. Só mudaram dois conceitinhos e já dá outra leitura do rural na visão da Cepal, está certo?

O IBGE, em 2010, calcula em 16% ou 30 milhões de pessoas.

O José Eli, quando fez o trabalho dele, também olhando esses conceitos que a OCDE usa, já estima em 25%. Então, vejam que diferença: o IBGE diz que são 30 milhões. E se a gente mudar o conceito e usar o trabalho de José Eli, já não são mais 30, são 50. Vinte milhões em 30 fazem muita diferença! Fazer essa releitura pode mudar a visão que o Brasil tem do potencial e do problema que tem a enfrentar.



Pode passar.

Quais são as recomendações do pessoal da tipologia para nós? Primeiro, explicitar vínculos estabelecidos em outros países entre visões de ruralidade, tipologia e instrumentos de política pública – não esquecer que a gente está trabalhando, e é isso que eles fazem lá –; segundo, identificar relações entre novas visões da ruralidade, marcos regulatórios e investimentos; e, terceiro, identificar e analisar a participação dos atores sociais na construção e reconstrução das visões de ruralidade nas tipologias adotadas. A gente vai lá nos Estados ouvir, a gente está fazendo discussões no Condraf, onde tem a sociedade civil organizada. Não pode ser uma tipologia de acadêmicos. Tem de ter um mínimo de rigor acadêmico, porque estamos na universidade, mas precisamos ouvir o que a sociedade também está pensando do que a gente vai produzir.

Lá na Europa, eles ouvem muito, têm fóruns, têm uma discussão importante sobre a própria visão que as pessoas têm do que é rural e do que é urbano.

Pode passar.

Na tipologia, o que a gente vai fazer?

Pode passar.

Esse é o nosso maior desafio, não é? Primeiro, assim: tipologia pode não ser espacializada. Eu posso criar tipos abstratos, está certo?

Então, a gente vai trabalhar com tipos e com mapas. Então, na verdade, por isso que foi para a Geografia: é que a gente quer um mapa, está certo? A gente quer uma regionalização com tipos. Então, o resultado do nosso trabalho na parte da tipologia vai ser um mapa do Brasil, com tipos de mundo rural num mapa. Então, esse é o nosso grande desafio, porque, em Geografia, tem várias técnicas para regionalizar e na literatura acadêmica tem várias técnicas para tipificar, e a gente quer juntar as duas, certo? Não queremos tipos espaciais, queremos tipos botados no território, está certo?

Pode passar.

Aí, vejam, a gente escolheu uma divisão de partida, que eu acho que é uma coisa importante: primeiro, a relação com a natureza e com o meio ambiente é muito mais importante no mundo rural do que no mundo urbano. Então, a gente não pode esquecer isso. É um dos distintivos do que é mundo rural. O mundo rural tem uma relação mais próxima com a natureza do que o mundo urbano. Então, isso é uma coisa.

Segunda, relacionada com o povoamento do campo e da cidade, e a mudança nas transformações e, portanto, nas conexões entre cidade e campo, está certo?

Pode passar.

Nós resolvemos partir dos biomas, por isso. Então, a gente discutiu muito: quando for fazer o mapa, qual é o mapa base que a gente vai usar?



A primeira tendência era usar o mapa das macrorregiões do IBGE, porque o Brasil se lê muito assim: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, porque é o mapa do IBGE. O próprio Congresso funciona um pouco assim: tem a Bancada do Nordeste, a Bancada do Norte, está certo?

A gente acha que, para esse tipo de leitura, essa não é uma boa escolha. Então, qual é o mapa base da nossa tipologia? É o mapa dos biomas, porque se ser rural é ser mais próximo do meio ambiente, qual é o mapa? O mapa é o dos biomas, então a gente vai partir do mapa dos biomas, e o Brasil é maravilhoso, porque tem seis biomas.

Aí, a gente fez uma pequena fusão, que já deu confusão no Condraf, porque a gente juntou dois biomas ali, porque...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Amazônia e Pantanal.

A SRª TÂNIA BACELAR – Foi. O pessoal do Pantanal já chiou, porque disseram: “O Pantanal não é a Amazônia.” Mas a quantidade de Municípios do Pantanal, o tamanho dele é tão pequeno que o esforço para a gente fazer mais uma ia ser muito grande, então, a gente, por enquanto, está recebendo a crítica e segurando.

Então, o verdinho, ali, são Amazônia e Pantanal, o marronzinho é o Cerrado, o amarelinho claro é o bioma da Caatinga, o bioma da Mata Atlântica, os Pampas, e a gente fez a linha da costa, que, no caso do Brasil, também é muito importante, e tiramos aqueles pretos. O que é o preto? O preto é o que não tem discussão, é o Brasil urbano. O Brasil das grandes cidades está fora do nosso debate, então, já pintamos no mapa, aqui: ali é o Brasil predominantemente urbano, que não está nos interessando.

Este é o Brasil... Vê como é pequeno. O tal Brasil predominantemente urbano, visto no mapa, é muito pequeno, e a sociedade brasileira se quer urbana. Então, esse mapa fala por si mesmo.

Pode passar.

E aí deu isso. A gente tirou, dos 5.565 Municípios, o grande urbano, que são apenas 376 Municípios. Quando a gente tirou as grandes regiões metropolitanas, só há 376 Municípios e 100 mil brasileiros. Dos 190, é certo que há 100 milhões de brasileiros lá. Mas há 90 lá na nossa base de informação. Então, há um trabalho grande, porque são 90 milhões de pessoas que a gente vai olhar. Os 90 milhões, em 5.189 Municípios, são o universo da nossa tipologia. Os outros a gente já sabe que são predominantemente urbanos, classificados pelos biomas.

Pode passar.

Critérios para escolher os atributos – este é o segundo perigo da pesquisa. Quais são os atributos que a gente vai escolher para ler o rural. A



primeira convicção é esta: tem que ser em várias dimensões. Então, há cinco dimensões para serem analisadas.

Segundo, têm que estar presentes esses atributos em todas as entidades espaciais ou em todos os macroagrupamentos. Então, a gente está procurando atributos que tenham alguma expressão espacial. Por isso é que a gente faz primeiro uns testes e depois escolhe o atributo, porque precisa preencher esse critério aí.

Terceiro: que esteja disponível nos meios de informação. Não adianta inventar atributo que quando a gente vai à base de dados não há a informação. Então, os que sejam acessíveis para a gente colocar num banco de dados. São três atributos.

Pode passar.

Aí a gente escolheu cinco dimensões. E vejam que o conceito que está por trás dessa dimensão é amplo, não é de agrícola. Primeiro, a dimensão *habitat*, a dimensão trabalho, a dimensão condições de vida e socioculturais, a dimensão dinâmica demográfica e econômica recente e a dimensão políticas em ação.

Vejam que há três dimensões que são mais retratos, são indicadores mais de situação atual, e há duas dimensões que são mudanças. Que são: “Como é que isso aqui está?” “Está mudando.” Dinâmica demográfica e econômica e dinâmica das políticas públicas.

Pode passar.

Então, no *habitat*, a gente está vendo centralidade e dispersão; centralidade e acessibilidade. Porque no Brasil isso é muito importante. Como o Brasil é um país continental, acessibilidade é muito importante, é um problema. E pode mudar a vida. Você estar perto de uma rodovia ou estar longe de uma rodovia muda a sua qualidade de vida. Então, essa variável a gente achou que era muito importante, a distância entre estar perto de cidades ou estar perto de acesso para uma cidade. Aí, no caso, estar perto de uma rodovia federal ou de uma hidrovía.

E uma variável densidade demográfica, porque o rural é menos denso. Então, esse vai ser um critério que a gente vai incorporar. Quanto menos denso mais rural. O difícil é fazer o corte.

Vamos embora.

Segunda dimensão: trabalho, condições de vida e socioculturais. Então, peso da agricultura familiar e patronal. Não é só agrícola, mas essa é uma atividade muito importante. Então, vamos ver no mapa onde é que está o Brasil do agronegócio, onde é que está o Brasil da agricultura familiar. E onde é que as duas estão perto e onde as duas estão longe. Isso faz diferença também.

Segundo, variáveis de mobilidade, como eu já disse, variáveis etnoculturais. Há lugares do Brasil de herança europeia. Você vem de um!



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida.

A SR^a TÂNIA BACELAR – Há lugares do Brasil de herança indígena. E são realidades rurais, culturais, completamente diferentes. Então, essa é uma variável importante.

Há também as variáveis fundiárias, o acesso à terra ou o não acesso à terra dá um rural completamente diferente; a variável de monoatividade e pluriatividade, onde só há soja é um rural e onde há multiatividades é outro rural, ou seja, a presença de monoatividade é um definidor do rural muito importante e o contrário também; as variáveis de equipamentos socioeconômicos e variáveis sociais, que a gente vai mostrar depois.

Pode passar.

Nas dinâmicas, existem as dinâmicas demográficas e econômicas e o que a gente está chamando de políticas em ação.

Onde está tendo crescimento e onde está tendo não crescimento? Com relação à dinâmica econômica desses territórios, são territórios dinâmicos ou são territórios estagnados e com dificuldade de dinamismo? Isso dá rurais diferentes. Existem lugares do Brasil que já foram dinâmicos e que hoje não são. São regiões problemas no Brasil não por serem rurais, mas pelo rural ter perdido o dinamismo. O extremo sul do Rio Grande do Sul, não é por ser rural, mas porque aquela estrutura produtiva perdeu dinamismo, virou problema.

Segundo: imigrantes/nativos. O cara vem de Santa Catarina para Rondônia. Existem lugares que têm mais gaúchos do que habitantes nativos. Gaúcho gosta de andar. *(Risos.)*

Essa variável é rural dali ou é rural de uma migração forte, mesmo recente, e isso muda a realidade.

Jovens/idosos. A população jovem precisa estar no centro da discussão. Uma coisa é o rural nordestino, que tem mais idoso, porque os jovens não têm oportunidade e vão embora; outra coisa é o rural que tem jovens ainda. O rural do sul do Brasil ainda tem muito jovem. Não é à toa que o MST recruta os jovens, porque ainda querem ter uma chance na vida e não querem sair dali. Se conseguissem permanecer, ficariam. Essa é uma mudança importante também.

E do lado das políticas, temos as políticas agrárias, as políticas ambientais e as políticas de equipamentos, política de saúde, de educação. O que está levando de serviços e de capacidade de gerar oportunidades para aqueles lugares? Escolhemos essas três principais.

Pode passar.

O nosso trabalho é esse. O que estamos fazendo? Montando um banco de dados, escolhendo as variáveis e vamos fazer análise fatorial, outro grande risco do trabalho. Pense no medo de juntar tudo isso e entregar ao computador, para ele fazer correlação, porque análise multivariada faz o cálculo



de correlação e diz quem se correlaciona com quem, e daí é que saem os famosos tipos.

Pode passar.

Os *clusters*, esse é o nosso grande desafio. A superposição de *clusters* é que forma o tipo. O que convergiu naquelas variáveis para dar certo perfil que eu possa chamar de um tipo de uma região onde predomina a agricultura patronal, onde tem muita gente de fora e onde os indicadores sociais são baixos? Que variáveis se construíram ali juntas? Dessa análise vão sair os tipos.

A gente está vendo também uma leitura histórica. Ao mesmo tempo em que tem tipo, tem outra equipe que está lendo a história dos Municípios para dizer: esse tipo vem de onde? Isso aqui era o quê? Nós estamos lendo o mapa dos Municípios.

Há uma leitura também do solo, das precipitações, da natureza, porque ajuda também como a gente vai partir dos biomas.

O primeiro produto vão ser tipos.

Pode passar.

Vamos jogar os tipos no mapa. Como partimos de uma unidade de mapa, que foi o Município, a gente depois vai botar esses tipos no mapa e poder dizer quais são os tipos e em que lugares esses tipos aparecem. Podem aparecer tipos que estejam em lugares diferentes e tipos que só aparecem naquela região. Então, o segundo grande desafio é quando a gente passar do tipo para o mapa, para dizer onde aqueles tipos predominam.

Pode passar.

Se a gente conseguir êxito nisso, de fazer esse tal mapa... Na cabeça da gente deve dar entre 20 e 30 tipos, pela diversidade do Brasil. A gente não vai conseguir fazer um mapa só com pouco tipo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É. O Brasil é muito grande.

A SRª TÂNIA BACELAR – É grande e é muito diverso. A gente espera, se tiver sucesso, uns 20 a 30 tipos.

Pode passar.

Aí a gente vai, com essa tipologia, discutir as políticas públicas. Há uma equipe paralela levantando as políticas públicas, onde elas são predominantes, etc. Aí a gente vai fazer o confronto entre que tipo de política pública para que tipos de agricultura de mundo rural a gente tem. Então, há o esforço de um subgrupo, como mostrei a vocês, só pensando nas políticas públicas.

Pode passar.

Os atributos de cada dimensão vinculante das políticas que permitem identificar a necessidade de ajuste nas políticas existentes. Por



exemplo, estrada vicinal. A gente está dizendo que a acessibilidade é importante. Como o Brasil trata a estrada vicinal? Como se fosse uma política de quinta categoria, me desculpem. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É verdade. Está certo.

A SRª TÂNIA BACELAR – É assim: é o prefeito que define pelos interesses locais mais esquisitos, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É verdade.

A SRª TÂNIA BACELAR – Mas isso é uma coisa estratégica para o mundo rural brasileiro. O Brasil devia ter uma política nacional de estrada vicinal, se é verdade o que a gente está dizendo aí.

Educação. Como a gente trata a educação para o mundo rural?

A SRª BEATRIZ PAREDES – Vicinais são fronteiriços?

A SRª TÂNIA BACELAR – Vicinais são pequenas vias, vias locais.

A SRª BEATRIZ PAREDES – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Acesso à área rural.

A SRª BEATRIZ BACELAR – Sim, vicinais. Multiplicação de vias.

A SRª TÂNIA BACELAR – Isso. As vias federais têm lógica, têm plano estratégico, têm cálculo de demanda de oferta. As estradas vicinais estão nas mãos do prefeito – e faça o que quiser daquele dinheiro. Naquele ambiente, ela é estratégica. Ela pode definir a acessibilidade ou não da pessoa. Essa é uma coisa importante. Hidrovia, etc. é isso. Vamos chegar aí.

Pode passar.

Tipologias e territórios do MDA. Vejam: o MDA está nos contratando. E vamos terminar voltando com o mapa para o MDA, dizendo: esse mapa que vocês estão usando dialoga com os tipos ou não? Porque a construção do mapa do MDA teve uma lógica, teve variáveis, teve consulta com a população. Há um patrimônio ali. Mas a gente está fazendo outra leitura; e o MDA vai ler aquela nova leitura com o que eles estão usando e, provavelmente, haverá momentos de discussão em que a gente estará dizendo: aqui era preciso ajustar; dá para mudar também. A gente considera que foi muito interessante o MDA ter trabalhado com essa leitura territorial. Foi um dos avanços que se fez.

Pode passar.

Há outro grupo olhando o quadro legal. De onde vem, quais são as legislações que criam mais problemas? De onde vem a legislação? A pergunta central é esta: desta legislação, o que mais atrapalha essa nova visão da ruralidade?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O novo mapa.

A SRª TÂNIA BACELAR – Isso.



Por exemplo, um congresso pode ter um papel futuro importante. Há uma equipe de pesquisa lá no Rio só com esse objeto.

Pode passar.

Constituição, o próprio Código Tributário, a Lei Agrária.

Pode passar.

A legislação identificando as convergências e as prováveis alterações que precisariam ser feitas.

Pode passar.

A discussão, só para encerrar, eu já falei rápido – pode passar –: internas nossas, oficinas reuniões de acompanhamento com a Comissão etc. e essas apresentações principais.

O Senado entrou ali, a próxima é a da segunda conferência, e depois a gente pensa em fazer discussão em países selecionados. Então, o IGA ampliou o estudo dos países, e aí a gente vai depois levar o trabalho, para discutir fora.

Então, é esse o trabalho. O desafio é grande, mas em maio tenho o primeiro produto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Professora Tânia, muito obrigado pela sua palestra. Realmente, foi da maior importância para nós, e será ainda mais esse estudo concluído. E já a convido para trazer à Comissão e nos apresentar a conclusão desse trabalho, que é da maior importância para o Governo brasileiro.

Nós sabemos exatamente que tipo de políticas públicas nós podemos incrementar, para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro. Nós precisamos investir, fazer com que o investimento do dinheiro público tenha um resultado muito positivo, e, para isso, o estudo, o planejamento são a base de tudo.

Nós podemos classificar assim, Professora Tânia: os Municípios abaixo de 50 mil habitantes são Municípios rurais. São populações rurais, pessoas que dependem da produção agrícola; são Municípios que têm a maior concentração da agricultura familiar.

Rondônia é um grande exemplo de reforma agrária que foi feita no Brasil. São Municípios pequenos, que foram criados e que dependem em 100% da agricultura e da agricultura familiar. São pequenas propriedades rurais. São pessoas que foram conduzidas de várias partes do País, mas principalmente do Sul, para Rondônia, para integrar a Amazônia, para fazer aquela região produtiva. Foi feita uma reforma agrária bem organizada, muito benfeita, e agora está havendo investimento na qualificação, na assistência técnica, aperfeiçoando-se a produção dessas famílias.

Enfim, é um trabalho, realmente, como a senhora muito bem disse, de muita responsabilidade, que no futuro vai com certeza mudar os investimentos e o olhar brasileiro para o próprio brasileiro. Isso é muito importante.



Eu pergunto ao Senador Cristovam se gostaria de usar da palavra, agradecendo já a sua presença conosco nesse debate, que entendo que é da maior importância para nós.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Boa tarde a cada um e a cada uma.

Quero inicialmente pedir desculpas, por não ter chegado aqui, no início. Estava num evento fora do Distrito Federal, onde também estava o nosso Senador Acir. Mas ele veio logo depois que falou, e fiquei até o final. Terminou às duas horas, e mais de uma hora levamos.

Quero dizer da satisfação de ver esta Comissão debatendo um tema tão importante, o que está sendo transmitido pela televisão, permitindo-se ao Brasil inteiro debater.

Quero falar três pontos: passado, presente e futuro. Primeiro, sobre o passado.

A visão preconceituosa em relação ao rural é muito antiga. Não se esqueçam que, por culpa de o Adão comer uma maçã, o jardim se transformou em selva. E, a partir daí, o mundo ocidental passou a ver o mundo não urbano com preconceito.

A visão de natureza era a visão de lugares dos fantasmas, dos monstros, dos duendes, de todos aqueles que não compartilhavam da boa vida que a cidade oferecia, mesmo no mundo clássico, grego, humano, medieval.

Aos poucos, obviamente, foi surgindo o respeito pelo rural diferente da selva. Mas, mesmo assim, não era progresso, como disse a Professora Tânia. Progresso era a cidade. Aliás, mais de um aqui falou isso.

O que é estranho no caso do Brasil é porque toda a riqueza nossa veio de um rural perto da parte natural. Nós nos formamos com o açúcar, que era a ocupação da – chamemos – selva. O pau-brasil, antes, é verdade, mas por pouco tempo. De lá para cá, até hoje, a base fundamental da nossa balança comercial tem sido produto rural, especialmente neste momento, com a soja, com o minério, que não deixa de ser rural. A própria industrialização de São Paulo veio do café, por isso foi em São Paulo; se tivesse sido 200 anos antes, seria em Recife.

É estranho que um país que tenha tido uma riqueza construída à base da terra, do rural, seja preconceituoso em relação ao rural. Mas a mente brasileira é preconceituosa, a mente brasileira vê riqueza como sinônimo de urbano.

Agora, vamos para o presente. Tem uma razão para isso. Se definirmos progresso como bem-estar, tem mais, até agora, recentemente, na cidade do que no campo. Tem sido assim. Na cidade, tem-se acesso não apenas a mais renda, como a mais conforto. Então, há justificativa para que, até hoje, permaneça isso.



Só que o presente, a meu ver, está mudando. Primeiro, porque o chamado bem-estar começa a poder chegar nesses 90% de cidades com menos de 50 mil habitantes que, segundo a Profª Tânia, o Ely da Veiga coloca. Ao mesmo tempo, o concreto virou selva. O bem-estar nas cidades está cada vez menor, em função do tempo perdido no trânsito, das angústias da vida na cidade que, hoje, não é brincadeira, da insegurança. Estamos em um momento em que o rural começa a melhorar na qualidade de vida, e o urbano começa a piorar na qualidade de vida, sobretudo no que gosto de chamar de monstropolis, que são as metrópolis monstruosas que temos. Nas monstropolis, sobretudo, a qualidade de vida está caindo. Hoje, estamos em um momento que fico muito feliz em ver esse estudo – agradeço ao IICA por patrocinar tudo isso – que permite termos linhas, como disse o Senador Acir, para definir o futuro.

Aí queria tratar um pouquinho do futuro, sem perder muito tempo. Logo no começo, vi a ideia do rural contemporâneo. Eu estava pensando aqui: creio que vamos precisar urbanizar o rural e ruralizar o urbano, no sentido de pegar essas cidades de porte pequeno – as grandes não tem como ruralizar, não tem como fazer de São Paulo uma cidade rural –, essas cidades que têm 50 mil habitantes, 90%, podemos ter uma política que mantenha a qualidade urbana, leve a qualidade rural a quem não está nas próprias cidades e case o rural com o urbano, ou seja, fazer com que as pequenas cidades se transformem também em produtoras de alimentos, de bens agrícolas, que tenha uma vida rupestre, digamos, perto da cidade. Porque as cidades não são apenas com pequena população, são de pequenas áreas, então se permite que ao redor dela o campo conviva com a cidade. Seria o ideal dos dois mundos, se levássemos para as cidades aquilo que caracteriza a urbanidade, especialmente escola e saúde. Quanto à segurança, eles não têm ainda essa necessidade, como temos nas grandes cidades.

Hoje, a educação pode ser levada por meio do método da educação à distância, que não resolve o problema das crianças até o Ensino Fundamental, mas permite um salto muito grande a partir do Ensino Médio. Permite levar cultura. Aliás, já chega cultura, a televisão chega a todo canto. É diferente de há 50 anos, quando, para se ter acesso à cultura, se tinha que ir à cidade, antes, ao teatro, depois, ao cinema. Agora, o cinema chega a casa, em qualquer lugar do mundo. Se tivéssemos televisão com alto nível cultural, essa alta cultura chegaria lá também. Eles iriam assistir ao balé, à sinfônica, a tudo. Usar isso como instrumento de divulgação de educação e cultura.

E a saúde, embora... Acho que foi você quem falou da dificuldade de convencer um médico para ir, creio que vamos conseguir, se melhorar um pouquinho essas cidades. Os médicos que irão às pequenas cidades são médicos jovens, com crianças. Se tiver uma boa escola, eles já se animam a ir para lá. Então, é uma questão... Eu acho que é até uma evolução, vai fazer com que os



médicos cheguem lá graças, inclusive, ao programa atual do Governo de pagar muito bem aos médicos que se mudem para as cidades pequenas e pobres. Então, nós temos como fazer com que as pequenas cidades se transformem em polos que segurem a população.

Nós cometemos um grave erro na história brasileira, o de permitir essa migração do campo para a cidade, por conta de não ter feito a reforma agrária e por conta de priorizar os investimentos nas cidades, deixando de lado as pequenas cidades e o campo. É preciso lembrar que a democracia tem este problema: os eleitores estão nas monstópoles, e é muito difícil ter voto propondo melhorar as condições de vida em áreas menores.

O que a Tânia falou, que é importante, é que 50% da população mora nas pequenas. De repente, um discurso bom, que não seja para esta ou para aquela cidade, pode trazer, sim, um resultado atrativo eleitoralmente num debate nacional. Mas o fato é que precisamos fazer com que as pequenas cidades segurem as pessoas, porque, como eu dizia, cometemos o grande erro de não fazer a reforma agrária que segurasse a população e, aí, criamos esses monstros. Nós precisamos impedir, não com a força, mas com atrativos, que haja uma segunda geração de migração, que não seria mais do campo para a cidade, mas das pequenas para as grandes cidades.

O esvaziamento das pequenas cidades vai gerar um efeito talvez tão catastrófico quanto o movimento ocorrido nos últimos 50 ou 60 anos do campo para a cidade. A diferença é que agora, felizmente, pelo menos, a migração será para um número maior de cidades do que foi até aqui, que se concentrou nas cidades já grandes. Aí não vai ser mais Rio e São Paulo, vai ser Petrolina, lá em Pernambuco, cidades de porte pequeno para médio e que vão crescer e vão ter todos os problemas das grandes cidades.

Então, o grande desafio, Senador Acir, é como podemos urbanizar o rural sem perder as características, urbanizar não no sentido demográfico, mas no sentido cultural, de levar para lá as boas coisas que as cidades têm. Aliás, o preconceito é tão grande, que “urbano” não significa só “da cidade”, significa “educado”, significa “fino”. Uma pessoa urbana é uma pessoa educada, fina – vejam o preconceito que criamos! Na realidade, nós, urbanos, somos muito mais grosseiros do que os do campo. Nós podemos ter mais instrução, mas não temos mais educação do que os do campo.

Então, um é este: como urbanizar, no bom sentido, o rural? E o outro é: como ruralizar o urbano, como trazer para o urbano as características positivas que nós temos no meio rural? Nas cidades grandes, eu, sinceramente, não vejo como. Mas, nas cidades menores, de até 500 mil habitantes, creio que não é difícil se tivermos – não vou usar a expressão “reforma agrária”, porque já cria uma certa visão preconceituosa –, se construirmos uma estrutura agrária que permita, por perto da cidade, ao redor da cidade, uma estrutura agrária que pode ser até de



miniempresas agrícolas modernas no sentido tecnificado, em que as pessoas fiquem ali e possam ter acesso à cidade no que for preciso. Esse é o desafio.

Mas eu acho, e aí sai um pouco deste debate... Eu comecei com a Bíblia, não por razões religiosas, e vou para o lado, talvez, mais filosófico do processo social, político e econômico. Para isso, nós vamos ter que mudar o conceito de progresso, amarrando o conceito de progresso à ideia de mais técnica e mais renda e mais consumo, esse tripé. Não vai ter jeito, aí vamos ter que perder o controle do processo demográfico e, quando perdemos o controle do processo demográfico, a democracia atropela a gente. O Brasil foi atropelado pela demografia, porque não se preocupou com ela. Nunca foi uma preocupação da política socioeconômica brasileira como a demografia se espalharia, salvo quando os militares, na ótica da segurança, não na ótica da demografia, tentou ocupar a Amazônia com as grandes estradas e levando gente para lá. Foi diferente do que ocorreu nos anos 40, quando se levava trabalhador para produzir borracha porque se precisava exportar. Não era para ocupar. Os militares, ao contrário, pensaram em ocupar. Não estou dizendo que foi errado, até porque teria reduzido bastante a pressão demográfica para cá. mas eles também não fizeram o dever de casa para atrair a população para esses lugares.

Quando a gente lê os relatos daqueles que foram para a Belém-Brasília, constatamos que eles passavam fome. Era absolutamente sofrido. Aliás, o Senador Acir é um exemplo de quem foi acampar lá e deu certo. Mas muitos não deram. Vamos discutir que deu, mas muitos não deram, muitos voltaram, inclusive.

Então, o desafio é definir progresso pela qualidade de vida, não por esse tripé renda, consumo, técnica moderna. Nesse conceito de progresso, temos que tentar casar rural e urbano, criar um animal naqueles lugares onde isso ainda seja possível. Não é possível, por exemplo, na cidade do México. Não tem mais jeito, como não tem em São Paulo, Recife, de onde eu e Tânia somos. Lá já é difícil. Mas em muitas outras cidades, no interior de São Paulo, por exemplo, aqui perto, em Goiás, é possível termos uma estrutura social e econômica em que as pessoas tenham as vantagens do urbano e as vantagens do rural redefinindo o que se busca com o projeto nacional brasileiro daqui para frente. Aí fica o desafio para vocês no sentido de saber se vamos ter tempo para respostas.

Como seria um conceito de progresso em que pudéssemos casar o rural e o urbano? O que é preciso mudar na mente do Brasil, preconceituosa em relação ao rural, para que comecemos a aceitar que o rural é parte da receita do progresso, é parte do desenho de um país rico? O que precisamos mudar e o que precisamos fazer para que isso aconteça? O que precisamos fazer para que quem mora no campo tenha o orgulho que vem ao acesso aos bons serviços, o que vem do acesso àquilo que a cidade oferece? Sabemos hoje que não oferece mais, a não ser para uma pequena minoria, mesmo assim sofrida, presa dentro de



condomínios, presa dentro dos carros, com vidros fechados e escuros para que ninguém veja, sem poder ir ao cinema. Uma das grandes coisas das cidades era você poder ir ao cinema e ao teatro. Hoje, não se pode mais ir. Uma grande coisa é passear nas ruas. Hoje, tem que ficar trancado nos *shoppings*. As cidades perderam o atrativo. O problema é que lá o não cidade não segura o cidadão com seus atrativos para evitar a migração.

Temos que colocar demografia – e por isso gostei tanto da sua tipologia, Profª Tânia – como uma dimensão do que queremos para o futuro do Brasil. E ainda há tempo.

Confesso que, antes do Eli da Veiga, eu achava que não dava mais tempo, eu achava que já estava perdido tudo, até ver essa outra característica, do urbano pequeno rodeado de terra, em que a gente poderia fazer uma boa qualidade de vida, o que não fizemos até aqui.

Era isso que eu tinha para colocar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Na experiência das cidades do Estado de Rondônia, Senador Cristovam, eu acredito que as cidades pequenas já são cidades urbanas rurais, porque as cidades pequenas existem exatamente para atender à população rural. É aonde ela faz o comércio dos seus produtos agrícolas: tanto vende quanto compra para levar para as suas casas. É aonde ela vai em busca de atendimento médico, é aonde vai em busca de escola para as crianças, aonde vai em busca de atividades culturais. As cidades pequenas vivem exatamente em função das pessoas que vivem na zona rural. São cidades prestadoras de serviços.

O que nós estamos aqui debatendo é a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, para atrair as famílias que permanecem na zona rural, a fim de que não venham para as cidades grandes.

Por acaso, Professora Tânia, sábado passado, na cidade de Ji-Paraná, nós inauguramos, junto com o Governo do Estado – quem inaugurou foi o Governo; eu estava apenas acompanhando –, uma usina de asfalto. E eu lancei um desafio para o Governo e para os prefeitos: vamos asfaltar as linhas vicinais dos Municípios.

É um desafio grande que precisa ser alcançado. Nós precisamos levar esse conforto a quem vive na zona rural. Acesso à informática e à Internet, nós precisamos ter na zona rural.

Esse é o nosso grande desafio. E nós conversamos e debatemos sobre este assunto na semana passada: a importância que têm as vicinais na vida da população brasileira. Já que a maioria da população mora nos Municípios com até 50 mil habitantes, todos os Municípios com até 50 mil habitantes têm linhas vicinais que não são pavimentadas.



Debatemos esse assunto no passado, aqui na Comissão de Agricultura, e fizemos uma emenda de orçamento: uma parte do MDA e uma parte do Ministério da Agricultura para beneficiar exclusivamente as vicinais brasileiras.

É claro que, pelo montante, comparado à necessidade que se tem, foi uma emenda pequena, mas pela primeira vez se destinou uma verba exclusiva para melhorar as ruas, as vias vicinais do nosso País. Já é uma mudança de conceito que acontece no nosso País, que é realmente enorme e temos muitos desafios para vencer.

O Guilherme Abraão gostaria de fazer um complemento com relação às nossas palestras. Guilherme, por favor.

O SR. GUILHERME ABRAÃO – Boa tarde. Sou Guilherme Abraão, como o Senador já disse. Sou Coordenador do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do MDA.

O meu pedido de fala é para complementar um pouco o que disse a nossa representante, a Secretária Andréa, e dizer para o Senador Cristovam Buarque que ele finaliza a sua intervenção com o pensamento inicial do MDA: por que a gente vai se envolver em mais esse estudo e por que nós temos interesse em financiar um grupo tão grande e tão diverso de pesquisadores?

É porque ou o Brasil faz a opção de colocar o rural na agenda de desenvolvimento nacional ou a gente vai perder de fato o nosso momento histórico.

Quando o MDA resolve financiar e investir um bom montante de seus recursos para estudos e pesquisas do ano de 2012 nessa pesquisa, é justamente pelo reconhecimento de que nós precisamos entender esse rural que já está aí. Nós não estamos inventando esses diversos rurais, não é, Professora Tânia? Queremos entender quem são esses diversos rurais, estabelecer essa tipologia e resolver um problema histórico, que é o do rural que sobra, aquilo de que a Professora Tânia falou muito mal.

Então a nossa necessidade, como gestor de política pública, é organizar o que já está aí, essa vida que está lá fora, e que praticamente não está representada na maioria das políticas públicas deste País, que são estabelecidas inicialmente pelos dados oficiais, com base na definição do rural como sendo aquilo que sobra, conforme a lei do Município.

Nesse sentido a Professora Tânia já deu duas pistas. Além da tipologia, vamos sair com um conjunto de sugestões de alterações legislativas muito importantes. Por isso nós aproximamos, através do IICA, a conversa com esta Casa, Senador.

Quais são as duas pistas que ela deu? Primeiro, a necessidade de o Governo brasileiro elaborar os seus dados. E o IBGE, nesse processo, tem sido muito importante, porque nós não podemos continuar com esse reconhecimento oficial de que o rural corresponde a apenas 14% da população. E a segunda, que



não é menos importante, é o exemplo específico da ausência de uma política nacional de estradas vicinais. Isso, para o rural, quando se fala em economia, em qualidade de vida, em proximidade das cidades, é essencial.

Então a Professora Tânia pincelou dois exemplos que para nós são muito importantes.

Para finalizar, eu entendo, Carlos Miranda – o Miranda é o coordenador da pesquisa pelo IICA –, que a gente está na fase de continuar a trazer parceiros para essas comissões de acompanhamento. Nós já temos um dado considerável, inclusive com sinalizações para propostas de alterações legislativas.

Acredito que esta Casa tem que acompanhar o estudo desde agora, nos seus momentos intermediários, para que a gente não venha aqui só para apresentar. É lógico que vocês assumirão a estabilidade lá na frente, mas é muito mais rico, de alguma maneira, conseguirmos trazer alguns técnicos para se incorporar à comissão de acompanhamento do estudo, na qual não apenas vemos eslaides, mas discutimos com pesquisadores o passo a passo para chegar àquele produto.

Era esse o registro. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Guilherme, pela sua colocação.

Nós temos aqui uma pergunta de Felipe Camargo: “Gostaria de saber dos palestrantes – e eu peço à Professora Tânia – a importância da governança fundiária no desenvolvimento territorial rural”.

A SRª TÂNIA BACELAR – Não sei o que ele está chamando de governança fundiária. Se for da estrutura fundiária...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Deve ser a estrutura da infraestrutura.

A SRª TÂNIA BACELAR – A estrutura fundiária é um das variáveis estratégicas que a gente está considerando para tipificar. Todos nós sabemos que gera rural diferente se a estrutura fundiária é de um jeito ou de outro. Então ela é uma variável estratégica que estamos tratando.

Com relação a ela, eu acho que tem outro problema no Brasil. É que terra no Brasil é patrimônio, não é bem de produção. Isso termina influenciando o nosso sistema de crédito e é uma das dificuldades para se melhorar o desenvolvimento da agricultura brasileira. Esta é outra reflexão que não cabe nessa pesquisa, mas que o Brasil já devia fazer: quando a gente vai deixar de considerar terra como patrimônio para banco dar empréstimo?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É verdade.

Nós temos aqui duas perguntas do Breno Tibúrcio, do IICA, que diz o seguinte: “Dado que somente menos de 20% da população brasileira é rural, qual seria o impacto sobre percentual com uma nova tipologia? Em que essa nova



definição de rural vai impactar o Programa Nacional de Agricultura Familiar? Andrea, poderia também nos ajudar? Em que essa nova definição de “rural” vai impactar o Programa Nacional de Agricultura Familiar, Pronaf?

A SRª ANDREA BUTTO – Veja bem, eu penso que o conceito do Programa da Agricultura Familiar, o conceito do Pronaf, está baseado na Lei da Agricultura Familiar, que tem um conjunto de componentes e que considera principalmente a composição da mão de obra dos estabelecimentos que serão beneficiados, o tamanho do estabelecimento. E, para isso, a nossa referência são os módulos fiscais, que têm variação região a região e que, obviamente, podem vir a sofrer em função do tamanho dos estabelecimentos. Isso pode vir a ter alguma alteração.

Mas eu diria que aquilo que habilita os agricultores e as agricultoras familiares ao financiamento, que são exatamente a composição da sua força de trabalho e a caracterização da pequena propriedade, não será impactado. Isso já está bastante bem definido para o público que o programa visa a atender, que é a agricultura familiar.

Agora, acho que é um conjunto de outras políticas públicas, aproveitando, Breno, inclusive, para dialogar com vocês. Recentemente, o Condraf acabou de aprovar uma resolução que já incorpora pré-territórios à política de desenvolvimento territorial, avançando na política de desenvolvimento territorial. E, ao fazê-lo, nós incluímos um novo critério. O critério que nós tínhamos... Uma portaria anterior da Secretaria do Desenvolvimento Territorial se baseava em dois critérios, que eram exatamente os que definem hoje o rural: densidade demográfica e essa referência dos Municípios com até 50 mil habitantes.

Nós incluímos um terceiro, que foi exatamente a presença de estabelecimentos da agricultura familiar. Acho que esse esforço – óbvio, em diálogo com a prioridade da política pública – caminha muito, tem muita consonância com este esforço de definição de ruralidade e de se definir qual é o público prioritário, qual é o público que deve ser atendido nos programas.

Eu imagino que tanto o Pronaf como o conjunto de outras políticas públicas, que têm como base a Lei da Agricultura Familiar, elas não serão impactadas, mas com certeza outras políticas públicas do Governo Federal poderão ser muito mais diretamente impactadas por essa nova tipologia.

Tinha pedido, inclusive, para comentar isto: como demandante dessa pesquisa, na condição de demandante, o MDA, tanto o SDT como o Nead, para nós é muito importante que o diálogo das políticas públicas à pesquisa possa ser alargado. Nós não comentamos isso. Acho que é a primeira ocasião em que fizemos uma reunião da equipe técnica da pesquisa, mas penso que, para além dessas três componentes, que são o ambiental, a política agrária e o que se está chamando de uma política de equipamentos, seria muito interessante que a gente



pudesse fazer uma análise daquilo que foram as políticas públicas que buscaram, inclusive, dialogar fortemente e prioritariamente com o rural, a exemplo do Programa do Território da Cidadania.

Ali temos um conjunto de políticas públicas que dialogam com um conjunto das demandas tanto de apoio às atividades produtivas, de cidadania e de direitos, como também de infraestrutura – e infraestrutura é um aspecto muito importante. E penso que seria importante fazer esse abatimento, esse diálogo, pela importância estratégica que ele tem, principalmente neste momento, em 2013, em que o Governo Federal, sob agora a coordenação do Ministério do Planejamento, do MDA e da Casa Civil, está retomando o Programa.

Quero aproveitar este momento, aqui, no Senado, para divulgar que, a partir do mês de abril, nós retomaremos não apenas a oferta do Programa Territórios da Cidadania nesses três eixos e ação, como um processo de articulação com governos estaduais para os comitês estaduais do Programa Território da Cidadania. Já estamos inclusive contratando pessoas para o conjunto dos territórios, para fazer a consulta da matriz, o programa, para fazer um processo de capacitação, qualificação e parceria com a SRI, para retomar não apenas a oferta, mas a efetivação, a participação social, que está no conceito do Programa Territórios da Cidadania.

Associado a isso, gostaria de comentar, e a Profª Tânia mencionou aqui o PAC e o tema especificamente das estradas vicinais, que, por uma decisão do Ministro Pepe Vargas, as estradas vicinais, que estão sendo executadas pelo nosso Ministério, passam a ter gestão pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Essa opção é exatamente para inverter essa tradição que a Profª Tânia mencionou aqui de prefeiturização da gestão e de apropriação das prioridades e construção de estradas vicinais.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Só um aparte com relação a isso, Andrea.

Sugiro que essa estruturação das vicinais não seja aquela sistemática de doar uma patrol à prefeitura municipal. Não é essa política que queremos. Entendemos que a política das estradas vicinais é realmente traçar a linha de asfalto com uma qualidade necessária para aquele tráfego, para atender às necessidades. Nós entendemos que não precisa se fazer o asfalto como nós precisamos na BR-364, na BR-101, mas não podemos fazer uma política de vicinal doando máquina. Claro, o prefeito vai ficar contente quando recebe uma patrol nova, uma escavadeira nova. O maior pedido que temos aqui no Senado é esse, mas a política de estradas vicinais é realmente a execução de melhoramento muito maior, e é exatamente nesse sentido que colocamos essa emenda no Orçamento da União, aqui da Comissão de Agricultura do ano passado para este ano, de acordo com o Ministro Pepe Vargas, claro, no MDA



também em parte no Ministério da Agricultura. É preciso fazer algo diferente nas estradas vicinais brasileiras.

A SRª ANDREA BUTTO – Se me permite, Senador, eu gostaria de esclarecer que a destinação dos equipamentos voltados à construção e recuperação de estradas vicinais para as prefeituras tem um objetivo muito claro. É uma opção do Governo Federal fortalecer o Pacto Federativo. Não é simplesmente dotar as prefeituras e equipamentos, sem trazê-las para um compromisso nessa direção.

Por que gostaria de destacar bastante isso? Na gestão de desenvolvimento territorial dessa ação de estradas vicinais, não apenas estamos prevendo, como já vinha sendo praticada pelo MDA, uma doação com encargos, o que implica doação que envolva prestação de contas anuais por parte das prefeituras, como estamos alargando isso à apresentação de um planejamento no ambiente dos colegiados, para que possamos buscar uma convergência de interesses da sociedade civil e do Poder Público nas obras que serão realizadas em estradas vicinais por esse componente do PAC 2. No lugar de ser algo negativo, penso que essa será uma ótima ferramenta para reforçar o Pacto Federativo, buscar responsabilidades e trazer inclusive o Poder Público municipal, que, na tradição, inclusive, na nossa década no MDA...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não é negativo, é positivo.

A SRª ANDREA BUTTO – ...esteve bastante ausente.

Penso que seja uma trajetória, uma experiência que está em curso, é recente. Estamos no segundo ano praticamente do PAC. Estamos aproximando essa ação voltada à agricultura familiar nessa gestão territorial, exatamente para reforçar um modelo de desenvolvimento orientado, uma ação de estradas vicinais orientadas sobre um projeto de desenvolvimento rural.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado.

Nós temos uma outra pergunta, Profª Tânia, que eu gostaria que a senhora comentasse. Quais as principais diferenças das concepções de ruralidade nos países estudados? É pergunta também do Breno.

A SRª TÂNIA BACELAR – Pelo que mostrei a vocês, existem mais semelhanças do que diferenças. Têm mais diferenças com a nossa concepção, mas entre eles têm mais semelhanças.

Dois critérios eu acho que são muito definidores do que eles entendem pela nova ruralidade: a pluriatividade, ou seja, as atividades de prestação de serviços, por exemplo, e não só a agricultura, são cada vez mais importantes no mundo rural; e a urbanização, pois a classificação europeia é próxima das cidades e distante das cidades. A urbanização é outro critério que eles usam com muita força.



Do que a gente leu, existe mais proximidade entre eles do que diferenças.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Professora.

Temos aqui Elias, de Alagoas, que parabeniza a Comissão e todos os debatedores que tratam do conceito do espaço rural na América latina e na Europa.

Chegamos à última fase do nosso debate. Volto a palavra ao Dr. Víctor Villalobos, para fazer as suas considerações e comentários que achar pertinente.

O SR. VÍCTOR VILLALOBOS – *(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)*

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado ao Dr. Víctor Villalobos pela sua presença conosco.

Passo a palavra, para suas considerações e para algo que queira mais nos presentear com a sua fala, à Sr^a Beatriz Paredes, Embaixadora do México no Brasil. É um prazer muito grande tê-la em nosso meio.

A SR^a BEATRIZ PAREDES – *(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)*

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr^a Beatriz. Foi um prazer muito grande tê-la conosco.

Passo a palavra ao Manuel Otero para suas considerações, já agradecendo a sua presença mais uma vez conosco.

O SR. MANUEL OTERO – Somos nós que agradecemos, Sr. Senador. Em nome da representação do IICA no Brasil, presto a convicção de que vamos trabalhar de maneira muito forte para a conclusão desse projeto, que espero que acabe com essa falsa dicotomia entre urbano e rural.

O IICA faz uma aposta muito forte na integração entre o setor urbano e o setor rural, porém entendendo que a qualidade de vida e o futuro dos grandes centros urbanos dependem muito da hierarquização que acontece no espaço rural.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Manuel.

Dr^a Andrea Lorena, foi um prazer tê-la conosco. Tem a palavra, para suas considerações.

A SR^a ANDREA BUTTO – Foi um prazer também ter vindo aqui, Senador.

Gostaria brevemente apenas de fazer dois comentários. O primeiro deles dirigido ao Senador Cristovam Buarque, que fez uma excelente intervenção aqui em plenário. Eu penso que o Senador trouxe uma dimensão que, óbvio, não



é uma tarefa da pesquisa, embora seja uma dimensão também presente, que é a necessidade de a gente incidir sobre o imaginário social, sobre o rural.

Eu penso que trazer novos conceitos, repensar, redimensionar o rural e fazer essa tarefa sem uma necessária intervenção no campo da ideologia, da política, é de fato uma tarefa incompleta. Eu penso que a partir do MDA temos procurado fazer bastante isso. Tem uma experiência muito interessante em curso, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, que acho muito importante as pessoas conhecerem, ou pelo menos visitarem as notícias no *site* do Nead, assim como outras iniciativas na política cultural. Penso que isso é algo que tem que ganhar maior relevância na política cultural brasileira, que ainda está muito focada nos grandes investimentos audiovisuais e dialoga ainda de forma insuficiente com a dimensão rural.

Também comento outro tema que é algo que aqui residualmente apareceu. Em outubro de 2013, nós realizaremos a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, no Ministério, que terá início agora no mês de abril com a realização de conferências territoriais, no Brasil inteiro. E neste momento nós estamos debatendo, por consequência da realização da 1ª Conferência, um plano de desenvolvimento rural sustentável. É por esse motivo, inclusive, que essa pesquisa já foi objeto de discussão no Condraf e voltará a ser. E ela é parte integrante de um debate que queremos fazer com todo o Governo Federal, que é sobre qual o projeto de desenvolvimento nacional que nós estamos trilhando, e recolocando o rural dentro desse projeto.

Aqui já foi mencionado que o Ministério do Planejamento tem uma importante iniciativa que é o desenvolvimento da agenda territorial, que envolve mais de 20 Estados, não é, Isadora? E muito além, eu diria. Tenho destacado isso inclusive com a equipe do Ministério do Planejamento. Muito além de assessorar e apoiar Municípios para elaborar planejamento, nós estamos discutindo as dimensões estratégicas do nosso desenvolvimento. E penso que é nesse ambiente que temos de buscar trabalhar essa dimensão do rural e do urbano, recolocando, qualificando e incidindo, a partir disso, naquilo que são os investimentos públicos, as grandes ações de Governo.

Por fim, digo que foi um prazer poder participar disso e afirmar aqui que o Ministério do Desenvolvimento Agrário está disponível a qualquer momento para vir – como já tem feito em várias ocasiões – à reunião desta Comissão, assim como de outras desta Casa, para debater aspectos específicos ou mais gerais da nossa política de desenvolvimento agrário.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós é que agradecemos, Drª Andrea.

Eu, nos últimos anos, principalmente em 2011 e 2012, tenho tido uma aproximação muito grande com o MDA e posso testemunhar o trabalho



eficiente que o MDA faz em todo o País. Então, em seu nome parabeno todos os técnicos do MDA, que realmente fazem um trabalho excepcional à frente das suas funções. Isso tem dado um resultado muito positivo ao nosso País. Não é para menos que hoje o Brasil está com superávit na produção agrícola, em todos os sentidos, não só no grande agronegócio, mas principalmente na agricultura familiar. É graças ao trabalho do MDA. Nós queremos sempre trabalhar em parceria com toda a equipe do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Passo a palavra ao Dr. José Humberto Oliveira, também agradecendo, mais uma vez, a sua presença aqui, conosco.

O SR. JOSÉ HUMBERTO OLIVEIRA – Só para concluir essa parte, eu queria dizer sobre a expectativa que se cria em relação ao estudo.

Em primeiro lugar, há a esperança de que ele possa dar conta de apontar caminhos, agora mais práticos, em duas direções, na criação das tipologias e na discussão sobre as políticas públicas que serão impactadas. Acho que esse vai ser um momento crucial para o trabalho, como a Profª Tânia já colocou, com os grandes desafios, porque o que se espera é que esse estudo possa ser utilizado pelo Governo, pelo Congresso Nacional, pela sociedade civil. Eu acho que esta é a segunda grande expectativa: como é que nós vamos colocar... Acho que este evento já foi um passo gigantesco, porque ele tem uma visibilidade nacional, está dentro do Congresso Nacional, está dentro de uma Comissão que trata deste tema. Embora ele seja mais amplo que a agricultura, nasce aqui dentro e é importante. Sempre digo que nasce da agricultura, porque incomoda primeiro este povo que está no meio rural que são os agricultores e outros.

Agora, acho que é importante ampliar bastante os protagonistas, os atores que vão discutir o meio rural brasileiro. Por exemplo, nós precisamos que os prefeitos desses 89% dos Municípios que são rurais compreendam essa discussão, esse debate e coloquem isso na discussão sobre pacto federativo, municipalismo no Brasil e que os Deputados e Senadores que também tratam desse tema aqui, no Congresso, também se apropriem dessa agenda, ou seja, que esse tema entre na agenda política.

Por fim, eu acho que tem uma terceira expectativa que é a responsabilidade do Brasil na América Latina. Eu acho que o Brasil, junto com países importantes como o México, que tem suas experiência no mundo rural, precisa se aproximar mais desses países. E esse estudo pode nos ajudar nisso, para que possamos levar a nossa contribuição e também aprender muito com os países latino-americanos.

Eu acho que temos de dar conta dessas três expectativas, com o apoio importante de vocês. Então, parabéns, mais uma vez, ao Senador Acir e ao Senador Cristovam por esta iniciativa.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Humberto.

Passo a palavra à Profª Tânia, para suas considerações, já lhe dizendo, mais uma vez, da nossa expectativa quanto ao resultado dessa pesquisa. Fica o convite para a senhora voltar aqui com o resultado ou, se preciso, antes também. Se pudermos ser úteis, de alguma forma, para ajudar o seu trabalho, pode contar conosco aqui, no Senado e, principalmente, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

A SRª TÂNIA BACELAR – Eu ia fazer um comentário sobre a sugestão de Andrea, primeiro, para olharmos outras políticas. Eu expliquei os critérios. E uma dificuldade que estamos tendo na pesquisa é que só vamos poder trabalhar com as informações disponíveis. Então, quando chegamos a este item das políticas públicas, a grande dificuldade é conseguir essa informação atualizada e por Município, porque toda nossa base de dados é por Município.

A SPI está nos dando uma ajuda fundamental. Então, fomos lá e eles deram uma ajuda enorme, tentando ver, no Governo Federal, onde estão as bases de informação que podem nos subsidiar. Infelizmente, em algumas políticas, por exemplo, as de direito, que a gente queria acessar, não existem as bases de dados que permitam que a gente use. A gente termina não usando não porque não quer e, conceitualmente, não deva, mas porque não temos a informação. É possível sempre depois atualizar quando a gente tiver.

Com relação a Cristovam, ele colocou uma dimensão da política que eu não tinha pensado, coisa da democracia. Acho que tem outro preconceito que vem da política, de como os analistas políticos chamam o voto dessa população: voto dos grotões. Quando a gente vê o resultado de eleições em São Paulo, quem eles elegem, a gente vê como é preconceituosa essa visão de que o eleitor dos tais grotões não sabe escolher. Acho que esse é outro desafio para o mundo político, e tem a ver com essa visão do rural que a gente tratou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – E da informação à população.

A SRª TÂNIA BACELAR – Isso. Você devolve desse jeito.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É verdade.

A SRª TÂNIA BACELAR – Outro comentário é sobre a demografia.

Acho que o estudo é oportuno por uma mudança na demografia brasileira, que também apareceu aqui com muita força. O Brasil do século XX crescia nas grandes cidades. Esse Brasil não é o Brasil do século XXI,

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É verdade.

A SRª TÂNIA BACELAR – O Brasil do século XXI não cresce mais com a força que cresceu nas grandes cidades. A minha cidade, Recife, tinha 500 mil habitantes em 1950 e 1,1 milhão de habitantes em 1970. O ritmo de crescimento era esse, e isso era êxodo rural.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida.

A SRª TÂNIA BACELAR – Esse Brasil não é mais o Brasil que a gente tem hoje. Quando a gente pega os dados do censo hoje, a taxa de crescimento dos grandes centros está diminuindo de ritmo violentamente e as cidades médias é que estão crescendo. Acho que essa é uma oportunidade importantíssima para esse debate que estamos fazendo. Os muito pequenos ainda perdem população, mas os de mais de 20 mil em diante têm um crescimento. Nas cidades médias de 500 mil, é ali que o Brasil novo está crescendo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É o aumento de renda do agricultor.

A SRª TÂNIA BACELAR – É uma oportunidade enorme de se fazer cidades com qualidade de vida melhor e mais barato. Imaginem se a gente colocasse saneamento nesse estágio das cidades que estão crescendo rapidamente agora. Então, dá para fazer políticas públicas se a gente conseguir fazer uma leitura consistente dessas mudanças que aconteceram no Brasil. A gente tem destacado muito o envelhecimento, mas as mudanças na migração também foram muito significativas nesses últimos anos.

Da nossa parte, a equipe da pesquisa sai daqui com mais responsabilidade, mas também mais animada. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Que bom!

A SRª TÂNIA BACELAR – Vamos ver se a gente consegue chegar ao outro lado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Consegue.

A SRª TÂNIA BACELAR – O apoio de vocês é muito importante. Acho que, exatamente, na fase final também, quando a gente voltar a alguns Estados para testar, se o Congresso puder acompanhar a gente, vai ser uma coisa muito positiva.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Será um prazer.

A SRª TÂNIA BACELAR – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado à Prof. Tânia.

Passo a palavra agora ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Pensava apenas em agradecer ao IICA, instituição pela qual tenho o maior respeito, ao Senador Acir, que aceitou a ideia desta audiência na mesma hora que apresentei, e a cada um de vocês, que aqui estiveram.

Para não ficar só nisso, quero retomar um ponto falado pela Tânia.

Vocês viram que ela me chama de Cristovam e eu a chamo de Tânia. *(Risos.)*



A gente se conhece há mais tempo do que a idade de muitos de vocês aqui, talvez até do Senador Acir. *(Risos.)*

O que falou a Tânia, nesse último momento, é a falta de uma política demográfica. Uma das coisas que tenho sempre colocado nas minhas propostas de como erradicar a pobreza no Brasil é que deveríamos começar tudo pelas cidades pequenas: campanha de alfabetização, campanha de implantação de água, esgoto, inclusive incentivos fiscais para industrialização, na medida em que haja uma vocação, não se pode também forçar a colocar indústria onde não haja vocação. Por exemplo, vocação de mão de obra disponível, que, se não tiver não adianta. E, ultimamente, neste meu trabalho sobre educação, a ideia de federalização da educação para mim está clara, coloco em todo lugar que tem que começar pelas cidades com menos de 100 mil habitantes. Por um lado porque ajuda nessa engenharia da demografia democraticamente. Há países que já tentaram fazer uma engenharia demográfica, mas na base do autoritarismo, movendo populações de um lugar para outro, mas também pelo custo e pela eficiência. O Governo Federal chegar a uma cidade e adotar todas as escolas dela, uma coisa é quando há 50 cidades, 30 cidades, a outra é quando há 1,5 mil cidades. E escolas? Então, defendo que a federalização seja adotada por cidade e por cidade pequena. E aí, aos poucos, vamos fazendo isso. Já pensei até que deveríamos concentrar federalização para as famílias que tivessem Bolsa Família, mas, de qualquer maneira, a administração só será possível se forem famílias na mesma cidade, perto. Então, não tenha dúvida, Prof. Tânia, temos que fazer com que haja uma mudança nas prioridades dos serviços públicos daqui para frente. Água e esgoto, sobretudo, deveríamos começar por lá. Há aquele problema que você viu que notei, o problema político eleitoral, não político, eleitoral. Porque, como convencer as cidades grandes a fazerem isso? É muito difícil, mas aí é o problema da dificuldade de ser político hoje, não é só isso. Acho que nós, políticos, não temos futuro da maneira como agimos, porque pensamos localmente e no curto prazo e os problemas estão ficando planetários e de longo prazo. Ninguém é candidato a presidente do mundo, ninguém ganha voto dizendo que se tem que reduzir indústria automobilística, e se tem. Estou dizendo que tenho mais seis mandatos e não sou candidato, senão seria capaz de não poder dizer isso na televisão.

Esse é um desafio que nós temos: como sermos democratas no sentido de que se faz democracia igualzinho ou quase como faziam os gregos há 2,5 mil anos enfrentando problemas tão diferentes como esses das grandes migrações de um lugar para o outro.

Concluo agradecendo mais uma vez. Senador, essas suas sextas-feiras aqui são muito positivas. Sugiro que publique um livro – se não pensou ainda – com as transcrições de todas essas audiências.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque, por nos acompanhar nesta tarde e nos ter dado a sugestão de fazermos esta audiência pública da maior importância para todos nós. Tenho certeza de que as pessoas que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado também pensam da mesma forma.

Agradeço também, mais uma vez, ao IICA, à nossa Prof. Tânia, ao MDA, especialmente à nossa Embaixadora Beatriz pela presença mais uma vez.

Encerro os nossos trabalhos dizendo que a riqueza do Brasil está exatamente na zona rural brasileira.

Não tendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 14 horas, a reunião é encerrada às 17 horas e 28 minutos.)